

Estudos Gerais da Arrábida A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Painel dedicado a Cabo Verde (2 de Outubro de 1998)

Depoimentos de Almirante Almeida d'Eça¹, coronel Vaz Barroco², general Wilton Pereira³, general Amílcar Fernandes Morgado⁴, Pedro Gonçalves⁵ e Manuel de Lucena⁶.

Almirante Almeida d'Eça: Agradeço muito a oportunidade que me é dada de vir aqui. Creio que o mesmo dirão as pessoas que comigo vieram e procurarei, na medida do possível, fazer uma exposição que poderá ficar. Eu gostaria, antes de mais, de recordar que já se passaram mais de vinte anos sobre os acontecimentos de que aqui venho falar. Nesse intervalo, tive um acidente vascular cerebral porque já conto quatro vezes vinte anos. Peço portanto que relevem qualquer lapso ou qualquer falha de memória que me possa ocorrer, ou possivelmente qualquer manifestação de contida emoção, o que por vezes me acontece.

Queria também dizer que tinha estado na descolonização da Guiné, como comandante da Defesa Marítima, o que me deu a oportunidade de conhecer algumas das pessoas que vim a encontrar em Cabo Verde, o que julguei na altura que seria um elemento importante para a missão que ia desempenhar. Por último, queria também dizer

¹ Vicente Almeida d'Eça (n. 1918): Oficial da Marinha. Alto-comissário e chefe do Governo de Transição de Cabo Verde (de finais de 1974 a Julho de 1975).

² José Manuel Vaz Barroco: Ministro da Administração Interna do governo de transição de Cabo Verde.

³ Oficial de Engenharia. Ministro do Equipamento Social e do Ambiente do Governo de Transição de Cabo Verde.

⁴ Amílcar Fernandes Morgado (n. 1930): Oficial de Infantaria. Chefe de gabinete de Vicente Almeida d'Eça, então Alto-Comissário e chefe do Governo de Transição de Cabo Verde.

⁵ Pedro Gonçalves: Alferes miliciano no arquipélago de Cabo Verde e dirigente do MFA nestas ilhas (1974/75).

⁶ Manuel de Lucena (n. 1940): Formado em Direito. Alferes miliciano em Cabo Verde (1974-75). Dirigente do MFA naquelas ilhas.

que nasci na cidade do Mindelo, quando o meu pai, que era oficial do Exército, ali prestava serviço. E que minha mãe tinha nascido na Cidade da Praia, onde o meu avô estava colocado como juiz. Talvez esses laços com Cabo Verde, que eram conhecidos, tivessem facilitado a missão que aí desempenhei.

Entrando na matéria que aqui nos traz, desejo antes de mais frisar que vamos apenas referir-nos ao período do governo de transição, que antecedeu a independência de Cabo Verde. Dois documentos importantes enquadraram a nossa actuação: o acordo entre o Governo português e o PAIGC, assinado em 19 de Dezembro de 1974, pelo major Melo Antunes, como ministro sem pasta, pelo dr. Mário Soares, como ministro dos Negócios Estrangeiros e pelo dr. Almeida Santos, como ministro da Coordenação Interterritorial. Quanto ao PAIGC, pelo comandante Pedro Dias, pelo dr. Amaro da Luz e pelo José Luís Fernandes Marques. O outro documento é o Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde, datado de 17 de Dezembro de 1974, e promulgado nessa data pelo Presidente da República. Note-se, desde já, o desaparecimento dos termos *província* e *governador*. Seria fastidiosa uma referência detalhada ao conteúdo desses documentos, que aliás estão ao dispor de quem os queira analisar pormenorizadamente. Limitar-me-ei a citar alguns pontos que considero mais relevantes. O governo português reafirmava o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e à independência. Com o intuito de assegurar a transferência de poderes para o futuro Estado independente de Cabo Verde, foram criados os seguintes órgãos de representação e de governo: o Alto-Comissário, a quem cabia a representação da soberania portuguesa, alto cargo para que fui nomeado; o governo de transição, constituído pelo alto-comissário que presidia e por cinco ministros responsáveis pelos seguintes departamentos: ministro da Administração Interna, Vaz Barroco, então major, que aqui se encontra; ministro da Justiça e dos Assuntos Sociais, Carlos Reis, do PAIGC; ministro da Coordenação

Económica e Trabalho, dr. Amaro da Luz, do PAIGC; ministro da Educação e Cultura, dr. Manuel Faustino, do PAIGC; ministro dos Equipamentos Sociais e Ambiente, Wilton Pereira, então tenente-coronel. Ao alto-comissário competia dirigir directamente os departamentos da Defesa e da Comunicação Social. O governo de transição definia colegialmente a orientação governamental, cuja execução era depois assegurada pelos respectivos chefes de departamento. As decisões eram tomadas por maioria de voto, tendo o alto-comissário voto extraordinário. Não me lembro de alguma vez o ter usado. O governo de transição tinha poderes legislativos e executivos, sendo os primeiros exercidos em sessão plenária e por intermédio de decretos-lei. O governo de transição respondia politicamente perante o Presidente da República. Os assuntos de defesa externa de Cabo Verde eram da competência do Presidente da República, que os exercia por intermédio do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. As directivas respeitantes à defesa interna e à segurança eram da responsabilidade do Conselho de Defesa e Segurança, ao qual eu presidia [...] e onde havia outros elementos, entre eles elementos de Cabo Verde. Estava prevista para 30 de Junho de 1975, a eleição em sufrágio directo e universal de uma assembleia representativa do povo cabo-verdiano, dotada de poderes soberanos e constituintes, que teria por funções declarar a independência de Cabo Verde e elaborar a futura constituição política do Estado. O acto de declaração oficial de independência coincidiria com o da investidura dos representantes eleitos pelo Povo de Cabo Verde e teria lugar na Cidade da Praia, em 5 de Julho de 1975. Creio ter tocado nos pontos essenciais da estrutura política que foi criada para [o acesso] de Cabo Verde à independência.

Permitam-me um pequeno parêntesis para deixar bem claro que na acção que desenvolvi, procurei cumprir estritamente o que fora definido pelos órgãos responsáveis do Estado, sem lugar a qualquer política de natureza pessoal, mas executando na medida da minha

capacidade e dos meios ao meu dispor o que fora pedido pelos órgãos competentes do Estado. Penso que esta afirmação se aplica também aos oficiais que aqui estão comigo.

Não iremos abordar questões de natureza militar, com excepção para as que tiveram directo relacionamento com o processo de descolonização. Mas desejo desde já aqui fazer uma referência especial à constante prontidão e disponibilidade dos meios de transporte que a Força Aérea pôs à nossa disposição, sem o que algumas das decisões sensíveis do Governo teriam sido difíceis de concretizar.

Desejava também dizer algumas palavras sobre o Movimento das Forças Armadas em Cabo Verde. A sua finalidade era procurar que se alcançassem os objectivos do Programa do MFA, dispondo de representação nos diferentes níveis de comando. A sua acção desenvolvia-se em termos de esclarecimento, conselho, acompanhamento e participação no processo de descolonização, procurando a consciencialização política e a coesão de todos os elementos nas Forças Armadas. Dispunha de uma Comissão Central, junto da cúpula de comando e de comissões regionais, junto dos respectivos comandos; e ainda de comissões de unidade [nas unidades militares]. Os elementos dessas comissões eram eleitos em assembleias de oficiais, sargentos e praças. As comissões eram órgãos de conselho dos respectivos comandos, aos quais davam conhecimento das suas decisões e comunicações. Os comandos, por ser turno, dar-lhes-iam conhecimento das informações e comunicações para um nível hierárquico superior que interessasse ao MFA.

Como sabem, desempenhei as funções de comandante-chefe. O general Amílcar Morgado, então tenente-coronel, chefiava não só o gabinete do comandante-chefe, como também o do alto-comissário. Por ele passaram, naturalmente, os assuntos de maior relevo, o que só por si justifica a sua presença nesta sala.

Terminando assim o que queria dizer sobre questões de estruturação, passarei ao capítulo seguinte, entrando portanto na fase de execução. A posse do Governo teve lugar em 30 de Dezembro de 1974, na Cidade da Praia, estando presentes variadas entidades, entre elas, o secretário-adjunto das Nações Unidas, dr. Abby Farah. No período de seis meses em que exerceu funções, o governo de transição reuniu sessenta e quatro vezes, tendo as decisões tomadas ficado registadas em actas, assinadas pelos presentes, o que, mesmo nos termos sucintos em que foram elaboradas, ultrapassava as duas centenas de páginas dactilografadas. Foram reuniões muito longas, em que se procurava encontrar consensos, o que quase sempre foi conseguido. Não ficou registada a argumentação havida, o que seria interessante, pois não dispúnhamos de meios técnicos. Mas as decisões tomadas, essas sim, ficaram todas registadas.

Afigura-se-me útil recordar, para a compreensão do que depois se passou, alguns antecedentes próximos. Assim, lembremo-nos que, em princípios de Dezembro de 1974, houve significativa agitação popular em quase todas as ilhas, tendo sido detidos cerca de seis dezenas de indivíduos que ocuparam a Rádio Barlavento, em São Vicente, cuja emissão passou a terminar, se a memória me não falha, com um hino que não o nacional. Poderia considerar-se que esses movimentos tinham por objectivo pressionar o Governo português numa altura em que estava a ser abordada a independência de Cabo Verde.

Mas o certo é que, já após a posse do governo de transição, se desenvolveram acontecimentos anormais na Ilha do Fogo, designadamente a auto-nomeação de uma comissão administrativa, o hastear indiscriminado das bandeiras do PAIGC e um incidente com arma de fogo, que pareceu ter sido fortuito.

Era necessário tomar medidas urgentes, e foram tomadas pelo governo de transição. Decidiu-se que não eram mais de aceitar detenções feitas por massas populares, nem se homologariam

comissões auto-nomeadas, nem se aceitariam quaisquer formas de coacção. Reconheceu-se por outro lado a necessidade de assegurar a confiança das populações no governo de transição e com esse intuito foram enviadas às diferentes ilhas comissões representativas do Governo, que deveriam auscultar os anseios das populações e aconselhar sobre uma nova estrutura administrativa. No que respeita ao hastear de bandeiras, foram definidas normas a que se deveria obedecer. E no sentido de dar a conhecer ao povo cabo-verdiano o que o governo de transição tinha em mente, emitiram-se comunicados do Governo, quer através das estações de rádio quer dos jornais, que foram repetidos ao longo de dias para que de facto chegassem ao conhecimento das populações. Entretanto solicitei a comparência do Comandante Pedro Pires, alto dirigente do PAIGC em Cabo Verde, com quem abordei numerosos assuntos, nomeadamente a questão do hastear de bandeiras e da Rádio Barlavento, tendo havido completo entendimento entre nós. Que me recorde, não se registaram daí por diante quaisquer problemas com bandeiras. As coisas voltaram à normalidade na Rádio Barlavento. O governo de transição decidiu também que os elementos que tinham sido detidos nas diferentes ilhas fossem mantidos ou colocados sob custódia militar no Tarrafal enquanto decorriam os respectivos processos. Era urna medida controversa, nomeadamente tendo em conta a conotação do Tarrafal, mas entendeu-se que só assim poderia garantir-se a salvaguarda de vidas, o que foi conseguido. O Coronel Vaz Barroco e o General Amílcar Morgado por certo abordarão este assunto nas suas exposições e vos dirão que à data da independência não ficou um preso político em Cabo Verde.

Mas a situação mais premente, pode mesmo dizer-se angustiante, era a dos sectores financeiro e alimentar. Durante longas horas foram debatidos estes assuntos nos primeiros dias do governo de transição e demoradamente trabalhei com o dr. Amaro da Luz em busca de soluções. Cabo Verde atravessara um longo período de secas,

estando as populações praticamente sem reservas alimentares, e sendo elevado o desemprego na agricultura que ocupava, como se sabe, cerca de 90% da população. Para fazer face a esta situação, tinham sido criadas anteriormente frentes de trabalho nomeadamente para a abertura de estradas - proporcionando a cerca de 60 mil pessoas remunerações destinadas a assegurar-lhes, e aos seus agregados familiares, meios mínimos de subsistência. As reservas alimentares de milho e feijão, fonte primordial da alimentação cabo-verdiana, estavam a chegar ao fim. Não se anteviam possibilidades de refazer os stocks por falta de capacidade financeira. Não fora paga a primeira quinzena de Janeiro aos trabalhadores nas frentes de trabalho e havia dificuldades em pagar ao funcionalismo. O Tesouro estava exaurido e a Caixa do Tesouro de Cabo Verde, no Ministério da Coordenação Interterritorial, estava sem dinheiro. No próprio dia da tomada de posse do governo de transição, fora dirigido ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas um pedido de auxílio de emergência no valor de 20 milhões de dólares. Dias depois, veio a Cabo Verde uma missão de representantes de vários organismos internacionais, mas os seus poderes mostraram-se limitados, tendo-se obtido apenas um apoio de 2,5 milhões de dólares, a maior parte para géneros alimentares que não chegariam antes de Março ou Abril. Fora uma desilusão. A situação era muito grave e teria certamente repercussões de natureza social, geradoras de instabilidade. De facto, seria lícito que o povo cabo-verdiano se perguntasse: «Mas então o que está o governo de transição aqui a fazer?».

Nestas circunstâncias, o governo de transição – particularmente os elementos do PAIGC – sugeriu que me deslocasse a Lisboa para expor a situação, o que fiz sem demora.

Vim de facto a Lisboa logo que reuni os elementos de informação indispensáveis.

Fui recebido por todos os elementos da estrutura do Estado

relacionados com a descolonização, a começar pelo Presidente da Republica, e fiz uma longa exposição na reunião da Comissão de Descolonização realizada em 25 de Janeiro de 1975, que está arquivada, pelo menos, no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Faço apenas umas breves referências ao que então disse. A nível dos stocks alimentares: açúcar, 0; leite, a terminar dentro de dias; milho, até 15 de Fevereiro, possivelmente 5 de Março, se concretizasse um fornecimento de Angola; feijão, até 15 de Março. Situação financeira: o Tesouro de Cabo Verde encontrava-se totalmente exaurido, como referi; em 22 de Janeiro tinha 18 mil contos de dívidas. A Caixa do Tesouro de Cabo Verde, no Ministério da Coordenação Interterritorial, também não tinha dinheiro. [Quanto ao] subsídio não reembolsável: estimada a necessidade de 500 mil contos para o primeiro semestre de 1975. Recorde-se que era através dessa verba que eram pagas as remunerações das frentes de trabalho a sessenta mil pessoas; se tivermos em consideração o número de elementos por família autorizados a participar nas frentes de trabalho e o número médio do agregado familiar, este subsídio trazia um nível mínimo de subsistência a cerca de 220 mil a 240 mil pessoas. Plano de Fomento: estavam estimadas verbas no montante de cerca de 150 mil contos, que em boa parte contribuiriam também para a subsistência do povo cabo-verdiano. Do que então disse em termos de conclusões, [cito]: «Para terminar, deseja-se unicamente dizer que se não forem concedidas pelo menos para os próximos seis meses verbas para o subsídio não reembolsável e para o plano de fomento, a situação de Cabo Verde, que já é crítica no que respeita a aspectos alimentares, tornar-se-á catastrófica em pouco tempo. Se, pelo contrário, continuarmos a conceder os subsídios não reembolsáveis como temos feito até agora, julgo ter justificadas razões para admitir que o processo de descolonização de Cabo Verde poderá processar-se sem sobressaltos de maior e por forma a dignificar-nos.»

Felizmente os meus apelos foram recebidos com compreensão, tendo

sido disponibilizadas, de imediato, verbas da ordem dos 500 mil contos, o que o ministro da Administração Interna, Coronel Vaz Barroco, confirmou numa ida posterior a Lisboa. Quanto aos géneros alimentares, houve também compreensão, tendo-se assegurado a obtenção e transporte daqueles de que havia necessidade imediata, e ficando a ser estudado um esquema destinado a assegurar a continuidade de fornecimentos. O Governo português honrara assim o compromisso assumido no acordo com o PAIGC de que prestaria a assistência financeira que estivesse ao seu alcance. E todos se recordam de que a situação do nosso país não era das melhores. Os elementos do PAIGC no governo de transição manifestaram naturalmente o seu regozijo pelas decisões tomadas em Lisboa. E assim disseram, ficando exarado em acta, que elas «permitiam encarar o futuro imediato com prudente optimismo, uma vez que libertavam o Governo de preocupações de sobrevivência imediata e isso permitia realizar trabalhos de planificação a todos os níveis». O conhecimento dado às populações do que descrevi traduziu-se naturalmente num elemento de acalmia. Penso que estes acontecimentos constituíram um passo importante para que os elementos do PAIGC no governo de transição sentissem maior confiança em nós e nas nossas intenções. Se assim foi, tinha-se dado um passo importante no processo da descolonização.

Desejo interromper por agora a minha exposição e passar a palavra aos oficiais que comigo vieram.

Coronel Vaz Barroco: Vou aflorar alguns aspectos já abordados pelo Senhor Almirante Almeida d'Eça, para dar o enquadramento apropriado à descrição das actividades realizadas pelo Ministério da Administração Interna do Governo de Cabo Verde. Nenhum militar da minha geração inicia uma «missão», para mim de facto de uma missão se tratava, sem realizar um estudo prévio. Já passaram 23 anos, mas tanto quanto me recordo, as principais conclusões a que cheguei na altura foram as seguintes: tínhamos uma missão expressa

no acordo assinado pelo Governo e pelo PAIGC e no Estatuto Orgânico de Cabo Verde. Tínhamos um «adversário», ou seja, uma oposição ou oposições, complexo e multifacetado (a conquista de poder, os oportunismos, a situação económico-financeira desfavorável, entre outros). Tínhamos uma população com elevado grau de alfabetização. Tínhamos meios poderosos, mas alguns susceptíveis de rápida deterioração. Assim, por exemplo, [tínhamos] o apoio da população, se soubéssemos conquistá-la, a comunicação social, as Forças Armadas portuguesas, a PSP e o próprio Acordo assinado pelo Governo Português e o PAIGC. Tudo isto eram meios poderosos ao nosso alcance. A missão do governo de transição era clara: assegurar nas melhores condições possíveis a transferência de poderes para o futuro Estado independente de Cabo Verde. Para isso, incumbia ao governo de transição o exercício da totalidade dos poderes legislativo e executivo, e nomeadamente, conduzir a política geral de Cabo Verde, a gestão económica e financeira; promover a democratização do território, nomeadamente através da substituição das estruturas coloniais; assegurar medidas tendentes ao livre exercício dos direitos fundamentais do Homem a todos os cidadãos; definir colegialmente as linhas de orientação governamental, cuja execução seria assegurada pelo titular do departamento respectivo.

As atenções do Ministério da Administração Interna focalizaram-se nos seguintes aspectos: promoção da democratização do território, nomeadamente, através da substituição das estruturas coloniais, reestruturando a administração civil, as autarquias locais e a PSP; e, ainda, a eleição da Assembleia Representativa do Povo de Cabo Verde.

O assalto ao poder, ou aquilo a que eu chamo o assalto ao poder, e os oportunismos começaram a manifestar-se no próprio dia da tomada de posse do Governo. Tivemos dele conhecimento através do envio de telegramas ao Ministério da Administração Interna e ao Ministério da Educação e Cultura, [cujos ministros eram] um

português, outro cabo-verdiano, assinados por comissões administrativas auto-nomeadas que a si próprias atribuíam competências e funções. Perante isto, o governo de transição emitiu em 1 de Janeiro de 1975 um comunicado, difundido através de todos os meios de comunicação social existentes no Estado, no qual informava que o governo de transição tinha plena consciência da necessidade de se introduzirem alterações profundas nas estruturas existentes, particularmente no que respeitava aos sectores da administração e do apoio às populações. E que para isso seriam enviados representantes do Governo a todas as ilhas, a fim de recolherem as informações convenientes, pelo que se esperava que fossem preparados os elementos considerados indispensáveis para preencher essas comissões. No dia 4 de Janeiro, o Governo exarou, em acta de Conselho de Ministros, como posição de princípio, a não-aceitação de quaisquer formas de coacção e/ou de prisões, a não ser as realizadas pelas autoridades competentes para o efeito. Reconhecendo a necessidade de tomar medidas políticas como forma de reforçar a confiança da população no Governo, decidiu não homologar comissões administrativas auto nomeadas. Em 7 de Janeiro e na sequência do comunicado do dia 1, o Governo emitiu novo comunicado informando que comissões de representantes do Governo já se encontravam nomeadas e eram constituídas, todas elas, por um oficial das Forças Armadas portuguesas e um elemento do PAIGC e que iniciavam dentro de dias a recolha de informações junto das diversas camadas e forças vivas da população. Em 9 de Janeiro foram empossadas pelo Governo todas as comissões de representantes, instituídas e nomeadas por decreto dessa data, às quais foi dada, por escrito, a seguinte missão: colher informações que habilitassem o Governo a promover a democratização das estruturas, contactando para o efeito as diversas camadas e forças vivas da população; elaborar um relatório circunstanciado, apresentando propostas e sugestões, nomeadamente no que respeita à constituição

das comissões administrativas, e nomes de elementos representativos que pudessem ser designados para elas.

Face à conjuntura e à análise dos relatórios das diversas comissões de representantes, foi possível ao ministro da Administração Interna propor ao Governo medidas concretas no sentido de substituir a estrutura administrativa colonial. Essas propostas foram legalmente concretizadas por um decreto-lei que conferia competência ao ministro da Administração Interna para dissolver os corpos administrativos e nomear comissões em sua substituição; por um decreto que estabeleceu as normas relativas ao exercício das funções das comissões administrativas; e uma portaria que dissolveu os corpos administrativos e nomeou as comissões administrativas. É um bocado maçudo eu estar aqui com estas citações, mas havia uma grande preocupação da nossa parte de fazer tudo em termos legais, tanto mais que o estatuto de Cabo Verde dizia-nos que toda a legislação era para cumprir naquele prazo. De maneira que nós nada mudámos sem legislar anteriormente. As comissões administrativas que passaram a gerir os assuntos dos concelhos e das câmaras municipais começaram a ser empossadas em actos públicos nas sedes dos concelhos a 18 de Fevereiro. Em 6 de Março, apenas faltava empossar a comissão administrativa do concelho do Fogo, o que veio a efectivar-se em 31 desse mesmo mês. Este atraso deveu-se ao facto de ter sido posta em causa a comissão proposta pelos representantes do Governo, o que obrigou à nomeação de nova comissão de representantes para, após auscultação da população, propor a constituição da nova comissão administrativa. Porém, a descentralização e democratização das autarquias locais não parou ao nível do concelho - foi até ao nível mais baixo das estruturas, mas para isso foi necessário elaborar directivas para ajudar na execução dos respectivos estudos e propostas, dos quais posso destacar os pontos mais salientes.

Era atribuída a seguinte missão às comissões administrativas

empossadas: elaborar os estudos e propor as bases da futura divisão administrativa do Concelho. Definida a divisão administrativa do Concelho, propor a constituição dos órgãos que hão-de gerir essas autarquias locais. Para o cumprimento desta missão há que ter em atenção que o processo democrático em curso exige a maior participação possível das bases na gestão dos interesses locais. A Comissão Administrativa deverá incluir nas suas propostas, devidamente fundamentados, os aspectos que julgue pertinentes, além dos seguintes: novas freguesias a criar, para acorrer aos casos de absoluta necessidade; alteração dos limites das freguesias já existentes, nos casos em que tal se mostrar indispensável; constituição do corpo administrativo que há-de gerir as freguesias, com cerca de cinco membros; funções que competirão a esses corpos administrativos, tomando por base de estudo a comparação entre as actuais funções desempenhadas pelos regedores e as previstas para as juntas de freguesia; após aprovada a constituição dos corpos administrativos atrás prevista, indicar nominalmente quem irá neles exercer funções.

Estas eram as linhas gerais das directivas que foram dadas às comissões administrativas dos concelhos. Em Abril, fui-me dando conta de uma certa inércia, de facto apreciável, das comissões administrativas na execução das tarefas da sua competência, nomeadamente no respeitante à execução dos estudos e apresentação das propostas para a divisão administrativa. Para dinamizar a actuação das comissões, foram criados dois grupos de trabalho: um, constituído por elementos do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Coordenação Económica e Trabalho, com a missão de se deslocar aos concelhos para esclarecer e auxiliar as comissões administrativas na execução do trabalho burocrático que lhes competia em geral, e em especial na gestão do fundo de apoio às populações. Eu aproveito para abrir aqui um parêntesis: este fundo de apoio, aliás com tudo antigamente, era

gerido de forma centralizada pelos administradores. Pessoalmente, sem terem que dar grandes satisfações a ninguém. Resultado: essas comissões administrativas não faziam ideia nenhuma de como se geria. Um dos trabalhos que o governo de transição teve de fazer, foi a descentralização de vários serviços. De maneira que, embora as comissões administrativas, na parte burocrática, chamemos-lhe assim, na parte administrativa respondessem perante o Ministério da Administração Interna; na parte das verbas dependiam da Coordenação Económica. Outro grupo de trabalho [era] constituído apenas por elementos do Ministério da Administração Interna, com a missão de auxiliar as comissões administrativas a realizarem os estudos respeitantes à divisão administrativa. Em 1 de Julho de 1975, ou seja, quatro dias antes da independência, a reforma administrativa não estava concluída, mas encontrava-se em adiantado estado de execução, e os estudos já concluídos e em curso constituíam já uma boa base de trabalho para a sua total implementação.

Quanto à PSP, a situação que fomos encontrar era no mínimo desoladora. A maioria dos seus agentes, sendo cabo-verdianos, encontravam-se receosos, desmotivados e alguns manipulados para servir interesses particulares ilegítimos. A maior parte dos seus quadros eram, no entanto, portugueses, tornando por isso imperiosa a rápida formação de elementos cabo-verdianos. Exposta a situação em Conselho de Ministros, acordou-se na nomeação para Comandante Geral da PSP de um oficial superior do Exército português com a capacidade e a experiência para o desempenho da missão e de um adjunto de origem cabo-verdiana. Para facilitar a implementação destas medidas, o governo de transição fez um comunicado, difundido por todos os meios de comunicação social existentes, em que se informava que ia ser reorganizada a PSP e revistos os seus quadros, de modo a proporcionar uma progressiva e completa cabo-verdeanização. Paralelamente, o ministro da

Administração Interna difundiu, pelos comandos gerais e divisionários, uma circular em que anunciava para breve a reorganização policial, a cabo-verdeanização progressiva e completa dos efectivos da PSP, a organização de cursos de aperfeiçoamento e escola de alistados. Tudo isto foi feito com suporte em diplomas legais que alteraram a estrutura de comando, extinguiram a Organização Provincial de Voluntários, criaram serviços para o controlo de estrangeiros, ajustaram os quadros orgânicos da PSP, regularam a Obra Social da P.S.P. e permitiram a formação de guardas, subchefes e chefes cabo-verdianos. Podemos afirmar que nesta área, devido principalmente à capacidade e espírito de missão do então major Catolino Dias Pinto, deixámos uma PSP operacional e com provas dadas no terreno.

Não sendo um assunto que se identifique com [a actividade do] Ministério [do Interior], o senhor almirante [Almeida d'Eça] solicitou-me que abordasse aqui, neste encontro, o saneamento da estrutura administrativa e reclassificação dos funcionários públicos de Cabo Verde. Em Julho de 1974, antes da posse do governo de transição, foi publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde um decreto-lei que criava as condições necessárias para o saneamento e reclassificação dos funcionários públicos. Só em 2 de Novembro do mesmo ano foi nomeada uma comissão de saneamento e reclassificação para lhe dar execução e, tanto quanto me lembro, não encontrei qualquer trabalho realizado. A assinatura, em 19 de Dezembro, do acordo [de descolonização] entre o Governo português e o PAIGC veio obviamente alterar substancialmente as circunstâncias que existiam à data da publicação daquele diploma, pelo que se tornava necessário elaborar nova legislação. [...] O Governo de transição fez publicar, em 22 de Março [de 1975] um decreto-lei com a base legal para o saneamento e reclassificação e em 5 de Abril um decreto que nomeava duas comissões de saneamento e reclassificação, uma para Sotavento e outra para Barlavento. Só em meados de Maio, mais

concretamente em 14 de Maio, é que foram presentes em Conselho de Ministros os primeiros processos de saneamento. Tanto quanto me lembro (não consegui, por motivos vários, encontrar os diplomas correspondentes a isto) o esquema, basicamente, era o seguinte: as queixas e os pedidos de saneamento e reclassificação eram recolhidos pelas duas comissões que elaboravam os respectivos processo e os enviavam depois de instruídos para os ministérios a que pertenciam os funcionários. Os serviços centrais dos ministérios analisavam os processos e produziam pareceres escritos para submeter à consideração dos ministros. Estes, se concordavam, apresentavam em Conselho de Ministros. Caso contrário, devolviam os processos à comissão de saneamento para proceder a novas diligências. Como digo, não sei o que se passou nos outros ministérios. No meu, que era o mais sensível neste aspecto, a situação em 11 de Julho era a seguinte: tinham sido enviados dois processos para Lisboa, para o Ministério da Coordenação Interterritorial, visto que eram de duas pessoas do quadro comum [desse] Ministério. Do pessoal dos quadros de Cabo Verde, havia quatro processos instruídos, mas que não chegaram a ir a Conselho de Ministros. E havia seis processos concluídos e decididos por Conselho de Ministros tendo a decisão consistido na demissão dos funcionários. Havia ainda três processos decididos em Conselho de Ministros, de pessoal da PSP. Por junto, no Ministério da Administração Interna, houve nove demissões.

Agora, a eleição por sufrágio directo e universal, em 30 de Junho de 1975, da Assembleia Representativa do povo de Cabo Verde: em 15 de Fevereiro, começo a aperceber-me de que, se queríamos que a eleição fosse feita em moldes semelhantes aos da República Portuguesa, era urgente tratar da lei eleitoral para a Assembleia de Cabo-Verde e disso informei o alto-comissário. No Conselho de Ministros de 7 de Março, o alto-comissário pediu a atenção para o assunto. Em 12 de Março, entreguei em Conselho de Ministros um

estudo sobre os trâmites necessários à eleição da Assembleia Constituinte e respectivo calendário. Depois de vários contactos pessoais, meus e do alto-comissário, com o ministro da Coordenação Interterritorial, dr. Almeida Santos, e com os ministros do PAIGC [do governo de transição], estes últimos comprometeram-se a entregar na semana de 16 a 22 de Março um documento explicitando os seus pontos de vista sobre o assunto. Como essa entrega não se concretizou, em Conselho de Ministros de 22 de Março, chamei particularmente a atenção para o facto de os estudos elaborados no meu Ministério preverem como data limite para a publicação da lei eleitoral o dia 17 de Abril e que antes dessa data deveriam ficar definidos determinados aspectos administrativos, tais como os impressos a utilizar, para possibilitar a sua impressão em tempo útil ... enfim, uma série de coisas que levam tempo e que era necessário fazer. Em princípios de Abril, o alto-comissário deslocou-se a Lisboa em viagem de trabalho e, a meu pedido, este assunto fazia parte da sua agenda. Por contacto telefónico de 9 de Abril, o alto-comissário informou-me que a lei eleitoral seria publicada brevemente no *Diário da República*, tendo sido elaborada pelo dr. Almeida Santos, após contactos com o comandante Pedro Pires, então em Lisboa. Esse decreto nº 203-A/75, de 15 de Abril, do Ministério da Coordenação Interterritorial, define as normas a que deve obedecer a eleição, por sufrágio directo e universal, de uma Assembleia Representativa do Povo de Cabo-Verde, dotada de poderes soberanos e constituintes. Recebi uma fotocópia desse projecto no dia 12 de Abril, o que me permitiu desencadear um estudo tendente a definir quais as tarefas a realizar pelo Governo. Sublinho, desde logo, que o peso da execução dos trâmites da lei eleitoral recaia sobre a Comissão Eleitoral de Cabo-Verde (CECV). No sentido de situar no tempo as diversas tarefas a executar, nomeadamente, aquelas que competiam ao governo de transição definir, foi elaborado um calendário, que depois de apresentado em Conselho de Ministros e à Comissão Eleitoral, foi

aprovado e passou a definitivo. Ao governo de transição competia, fundamentalmente, a regulamentação da lei eleitoral e o apoio à CECV. Isto foi concretizado em 17 de Abril, através da publicação de três diplomas que nomeavam a CECV, regulamentavam a Lei eleitoral e definiam os círculos eleitorais. Nesse mesmo dia, à noite, depois de publicitada a referida legislação pela comunicação social, dei posse à CECV. Um mês depois, precisamente a 17 de Maio, foi publicado o Decreto-Lei nº 36/75 que definia o âmbito e os limites da campanha eleitoral. Todo o governo de transição e, em especial o Ministério da Administração Interna, apoiou a CECV nos aspectos burocráticos e administrativos (viaturas, impressos, etc.) Em 31 de Maio, após comunicação pela CECV, do número de eleitores inscritos, foi feito anúncio público do número total de deputados a eleger, bem como da sua distribuição pelos círculos eleitorais. No dia 30 de Junho realizou-se a eleição que decorreu em notável ambiente de tranquilidade e civismo. O resultado do sufrágio foi o seguinte: em Cabo Verde, 114.683 inscritos nos cadernos eleitorais, 101.326 votantes, uma percentagem de 88,35%; em Portugal, 6.501 inscritos nos cadernos eleitorais, 4.099 votantes, uma percentagem de 63,05%. Recordo que, segundo uma estimativa fornecida pelos serviços de estatística, antes do acto eleitoral, a população de Cabo Verde seria na altura de cerca de 290.000 habitantes, sendo 55% menores de 17 anos. Se fizermos contas, dá [uma percentagem de votantes de] quase 90% face ao universo dos recenseados. Em linhas gerais, foi esta a actividade desenvolvida pelo Ministério da Administração Interna do governo de transição do Estado de Cabo Verde. Em todo o trabalho procurou-se sempre ter em atenção o futuro e os direitos fundamentais do Homem. Nada do que foi realizado teria sido possível sem a compreensão e bom entendimento criado entre todos os membros do Governo.

General Wilton Pereira: Vou expor quais foram as actividades, os

problemas e os resultados do Ministério do Equipamento Social e Ambiente, que me foi atribuído. Este Ministério foi criado logo a seguir à assinatura do acordo [sobre a descolonização do arquipélago], em 19 de Dezembro de 1974, ainda eu próprio não estava em Cabo Verde, nem sequer nomeado para o cargo. Por essa razão, o senhor alto-comissário desempenhou, até eu chegar a Cabo Verde em 24 de Fevereiro do ano seguinte, por acumulação, as funções que mais tarde me seriam entregues. A orgânica deste Ministério seguia o figurino português na altura, quer dizer, teria a seu cargo, ou incorporaria e integraria, todos aqueles órgãos ou departamentos, que teriam por missão as tarefas de desenvolvimento, de criação de riqueza, de criação das condições económicas mínimas e de saúde e bem-estar, e também a parte escolar. Todas estas infra-estruturas estavam entregues e seriam geridas em conjunto e de uma forma integrada pelo Ministério do Equipamento Social. Tratava-se de nove departamentos ou organismos, dispersos pelas nove ilhas. Nove para nove. Com direcção, ou direcções em Santiago, quer dizer, na cidade da Praia e em S. Vicente, no Mindelo. [Disponham de] tecnologias diversas, realmente muito diversas, embora os objectivos fossem rigorosamente os mesmos, como: obras públicas, estradas, telecomunicações, abastecimento de água, transportes aéreos e serviços de marinha. Um aspecto condicionante fundamental residia na descontinuidade geográfica do arquipélago e as distâncias entre as Ilhas mais afastadas de Santiago, que condicionaram sempre e imenso a gestão dos recursos e o controlo das actividades. Foi notável a eficácia dos serviços de telecomunicações civis, embora os militares também apoiassem. E os transportes aéreos, principalmente os militares, e também os civis, e eram relativamente frequentes entre as principais ilhas, minoraram o profundo isolamento. As ilhas periféricas como a Brava e Santo Antão não dispunham sequer de cais adequados nem de nenhuma pista de aterragem. Quer dizer, a

ligação física era praticamente inexistente – só havia, felizmente, a ligação pelas telecomunicações. Não me alongarei, mas a viagem de serviço que fiz à ilha Brava demorou quase 24 horas e teve aspectos quase de viagem do século passado, porque desembarcar e embarcar para nos encontrarmos fisicamente na ilha demorou horas. Não pudemos acostar, estivemos ao largo horas seguidas.

Logo que tomei posse, em 24 de Fevereiro de 1975, registei que dispunha de bons directores dos departamentos directamente dependentes, tecnicamente bem preparados e prontos a colaborar. Os organismos e os departamentos integrados no Ministério recém-criado eram os seguintes: obras públicas, que tratava do projecto de construção e manutenção dos edifícios públicos, hospitais, escolas; brigada de hidráulica (captação e distribuição de águas superficiais); brigada da água subterrânea; brigada de estradas (que se interessava especialmente por aquela função a que o senhor almirante chamou «frentes de trabalho»); direcção de serviços de Marinha, que estava entregue, técnica e administrativamente, aos oficiais da Marinha de Guerra presentes na então província ultramarina (transportes marítimos e rede de faróis); Junta Autónoma dos Portos; Transportes Aéreos de Cabo Verde (os célebres TACV); correios e telecomunicações (que estavam felizmente muito bem montados – nós podíamos falar com toda a segurança e facilidade para qualquer ilha); Junta Autónoma de Dessalinização (organismo situado no Mindelo, que tratava da dessalinização da água do mar para abastecer a cidade do Mindelo).Tinha problemas a que não me referirei agora porque estão noutro documento que estará à vossa disposição daqui a pouco. Os problemas não eram só técnicos, porque, afinal de contas, a água dessalinizada não era aquela que estava no caderno de encargos e programa que tinha sido contratado, mas sim uma dessalinização muito menor. Nunca chegámos a mais de dois terços dos 2000 m³ que se pretendia. Foi um trabalho que nunca chegou a ser concluído,

em termos de entrega ao Governo de então. A obra estava ainda em execução.

Outro ponto que me parece importante: política de prioridades. Apoio de Portugal, da Organização das Nações Unidas e dos outros países. As estruturas e actividades em curso, vindas do Governo do anterior regime, e as levantadas pelo governo de transição, foram objecto duma extensa entrevista, datada de 12 de Junho de 1975, concedida pelo então ministro, que era eu próprio, a um jornal de Cabo Verde. [...] Num dos capítulos [da entrevista], que tem o título «Apoio e Colaboração com Outros Países», sublinho «com Outros Países», não é mencionado Portugal. E não é por uma razão: naquela altura, numa óptica minha, por sermos ainda a potência administradora, que não eram os outros países e Portugal ainda era. Mas convém, neste instante, mencionar o apoio financeiro do nosso país para dar uma ideia mais exacta das perspectivas do Ministério em princípios de 1975. Os contos, ou milhares de contos, são os constantes de documentos da época. Estimo, em termos de poder de compra actual, um coeficiente de multiplicação da ordem dos 20 ou 25, mas os que eu cito aqui são os valores retirados de documentos da altura, em princípios de 1975. No orçamento geral do Estado português, constava uma ajuda de 149 mil contos e uma rubrica separada de 24 mil contos a despender no Aeroporto do Sal pela Aeronáutica Civil portuguesa. No orçamento atribuído a Cabo Verde, que era um orçamento português, mas que era atribuído em apoio directo a Cabo Verde, para que o Governo de Cabo Verde fizesse a distribuição como melhor entendesse, previa-se um financiamento de 30 mil contos. Pela Inspeção das Minas, eram atribuídos 13.800 contos com destino à Brigada de Águas Subterrâneas. Além dos 24 mil contos para o Aeroporto do Sal as rubricas portuguesas tinham especial expressão na conclusão do cais acostável na Cidade da Praia, na liquidação da compra de dois aviões turbo-hélice para os transportes aéreos, na habitação e na pesquisa de águas subterrâneas. Totalizavam, na

altura, 216.800 contos – o equivalente a cerca de 4.500.000 a 5.000.000 contos actuais – em grande parte comprometidos com encargos assumidos anteriormente. Isto quanto a fundos nacionais. O Plano de Assistência da ONU totalizava 32.450 contos – cerca de 670.000 contos actuais e era orientado para a formação de técnicos cabo-verdianos e o fornecimento de equipamento diverso. Essas quantias foram por mim referidas ao embaixador especial da ONU a Cabo Verde – dr. Haissam Kelani –, de naturalidade síria, logo em Fevereiro de 1975, concluindo pela sua extrema insuficiência, face à imensa penúria da Colónia. Foquei o empenho português e o facto do nosso país se encontrar então a braços com uma situação política, económica e financeira extremamente difícil, que não viabilizava reforços substanciais e oportunos. Contávamos com o que tínhamos, com o que nos tinha sido prometido, concretamente, e no Ministério. Mais nada. Pedíamos apoio financeiro significativo para aplicação no abastecimento de água, nos trabalhos portuários, no fomento das pescas e nas instalações hospitalares e escolares. A política do governo de transição, várias vezes debatida em reuniões do Conselho de Ministros e apresentada ao então ministro da Coordenação Interterritorial, dr. Almeida Santos, publicada na entrevista que há pouco referi, apontava prioritariamente para o desenvolvimento das infra-estruturas geradoras de riqueza, como indústrias alimentares e de materiais de construção, hidráulica agrícola, portos e embarcações de pesca. Tratava-se porém da definição de linhas de rumo para uma melhoria substancial da condição material do povo cabo-verdiano a médio prazo. De imediato, na curtíssima vigência do governo de transição e sem sensíveis reforços financeiros externos, só nos foi possível assegurar a conclusão dos empreendimentos já iniciados e cobertos pelas verbas atrás mencionadas. Empreendimentos de maior dimensão e custo ficaram em «carteira» para melhor desenvolvimento, incluindo a parte [para a] eventual execução no futuro Estado independente. Destacavam-se os seguintes: ampliação

do porto da Praia, cuja primeira fase se encontrava em execução, e que se materializaria na adição de 150 metros de cais acostável (creio que só há poucos anos é que esta obra acabou de ser executada); levantamento duma refinaria em S. Vicente, proposta por uma firma Belgo-Portuguesa [que] subsidiariamente garantia o abastecimento de água potável, dessalinizada, à cidade do Mindelo; desenvolvimento dos transportes aéreos, proposto pela agência especializada PNUD da ONU; ampliação do hotel do Sal para fins turísticos e servindo também para passageiros em trânsito; levantamento das instalações frigoríficas em S. Vicente, de apoio às pescas (tive uma reunião com o então Secretário das Pescas, dr. Mário Ruivo, em 20 de Fevereiro de 1975).

Outra actividade coordenada pelo mega-Ministério do Equipamento Social e Ambiente concretizou-se na entrega das infra-estruturas das Forças Armadas Portuguesas em Cabo Verde ao novo Estado. Tratava-se de imóveis e muitas outras instalações dos três ramos das Forças Armadas, todas bem conservadas e [sendo] algumas de construção muito recente. Compreendiam os edifícios dos comandos militar, naval e aéreo, quartéis dos três ramos, oficinas, capitania dos Portos, rede de faróis, messes e alojamentos de oficiais e sargentos, telecomunicações militares, etc.

A especial afinidade entre os quadros militares em serviço em Cabo Verde e os membros portugueses do governo de transição, aqui presentes, eles próprios membros das Forças Armadas, facilitou decisivamente a tarefa.

Finalmente, uma apreciação global: foi factor muito favorável ao cumprimento da missão do Ministério o clima de bom entendimento e muito estreita colaboração no seio do Governo, com especial significado para os três membros naturais de Cabo Verde, que foram estupendos e a colaboração com eles sempre foi a melhor. Também os directores e outros quadros dos vários departamentos dentro do Ministério, quase todos licenciados em Portugal, eram engenheiros de

várias especialidades, formados no Instituto Superior Técnico ou no Porto, mostraram sempre a melhor sensibilidade para a nova situação política, evitando melindres que poderiam surgir. A sua capacidade técnica, o bom conhecimento e a experiência dos problemas concretos, a extrema correcção, foram realidades que é bom recordar ainda hoje, passados já vinte e três anos sobre a independência.

Os factores negativos e irremovíveis na conjuntura já foram anteriormente sintetizados: geografia e clima muito adversos, essencialmente o isolamento entre ilhas e a seca quase permanente; atraso material impressionante, mesmo comparado com os baixos padrões dos outros territórios ultramarinos, naturalmente muito mais ricos, onde servi também longos anos; conjunturas política, económica e financeira extremamente condicionantes, face à profunda instabilidade que então se vivia na Metrópole. [...]

General Fernandes Morgado: Já passaram mais de 23 anos sobre o período da descolonização de Cabo Verde que estamos aqui hoje a recordar. E só na sequência do contacto telefónico do sr. dr. Manuel de Lucena comigo em fins do passado mês de Agosto, e de duas conversas breves que tive com o senhor almirante já em Setembro, é que me apercebi de quão pouco me recordava já daquele período. Não tinha documentos comigo – o arquivo do comandante-chefe das forças armadas de Cabo Verde foi entregue no Estado-Maior General das Forças Armadas, já depois da independência. Não tinha guardado cópias e providencialmente recorri a alguns documentos que o senhor almirante tinha guardado. Esta minha exposição apresentará por isso algumas lacunas, tanto mais que não tive oportunidade de falar, o que seria útil, com os oficiais que então constituíram comigo o Gabinete Militar do Comando-chefe da altura. [...]

Começarei por lembrar aqui o que existia de forças militares em Cabo Verde em 24 de Dezembro de 1974. Começamos pelo comando-chefe, de que eu era o chefe de gabinete. O *Estatuto Orgânico do*

Estado de Cabo Verde, aprovado pela Lei nº 13/74, já aqui citada, atribuía ao alto-comissário, entre outras funções, dirigir o Departamento da Defesa do governo de transição e exercer as funções de comandante-chefe das Forças Armadas e presidir ao Conselho de Defesa e Segurança.

No quadro do exercício das funções que foram atribuídas ao sr. almirante, foi-lhe atribuído um Gabinete Militar, que começou a funcionar praticamente logo no início. Lembro-me que cheguei a Cabo Verde no dia de Ano Novo. E, portanto, o Gabinete Militar começou a funcionar praticamente no dia 1 de Janeiro. O quadro orgânico desse Gabinete Militar, todavia, só viria a ser aprovado por uma portaria do Conselho dos Chefes de Estado-Maior, em 19 de Fevereiro de 1975. Esse gabinete tinha um chefe de gabinete, que era eu próprio, cinco oficiais adjuntos (três do Exército, um da Força Aérea e outro da Armada) e um chefe de secretaria. Depois tinha um sargento da Armada e três escriturários. Parte deste pessoal desempenhava outras funções, por acumulação. Eu passei também a desempenhar, por decisão do senhor almirante, funções de chefe de gabinete do alto-comissário. O adjunto da Armada e o adjunto da Força Aérea desempenhavam também as funções de membros da Comissão do MFA em Cabo Verde. E o adjunto da Força Aérea desempenhava também as funções de comandante aéreo de Cabo Verde.

Este Gabinete Militar teve também adido nos últimos meses, um capitão-tenente, mandado pelo Comando Naval para tratar fundamentalmente, junto do alto-comissário, do assunto das pescas. Interessava bastante ao PAIGC incrementar a capacidade de pesca depois da independência. [E também veio] um adjunto, formado em Direito, cedido pela Presidência da República, para assessor jurídico do alto-comissário e que não esteve permanentemente em Cabo Verde. Na altura em que se formou esse Gabinete Militar, que, como vimos, era muito reduzido, eu entendi organizar aquilo por três áreas

funcionais: pessoal e logística, operações e instrução. Havia ainda outra área importante: a do apoio às populações, com grupos constituídos permanentemente. A maior parte deste apoio às populações era apoio de transportes, apoio naval, e o transporte era feito por meios navais, ou no âmbito da Força Aérea, se o transporte fosse efectuado por essa via.

Esse Gabinete Militar, como é normal, estava instalado na Praia. E eu refiro isso porquê? Porque antes de Dezembro, da chegada do senhor almirante, o comando-chefe funcionava no Mindelo, porque era o comandante naval, por acumulação, que desempenhava as funções de comandante-chefe. A localização na Praia criou-nos no princípio algumas dificuldades, chamemos-lhe antes alguns inconvenientes. E isto particularmente em termos de ligação, coordenação e controlo, dada a dispersão das forças pelas várias ilhas do território. Estes inconvenientes foram, contudo, bastante minimizados por alguns aspectos que já foram aqui focados. Em primeiro lugar, foram as excelentes relações que se estabeleceram entre todos os comandos responsáveis [para] conseguir que a descolonização de Cabo Verde decorresse da melhor forma possível. Em segundo lugar, porque as transmissões do Exército já existentes (ligações Mindelo-Praia-Sal) e depois as ligações montadas pela Armada (Praia-Mindelo) e pela Força Aérea (Praia-Sal) sempre funcionaram bem. Em terceiro lugar, a disponibilidade do Comando Aéreo permitiu sempre deslocações entre as ilhas e a reunião pessoal dos comandantes sempre que houvesse necessidade. Coisa diferente eram as ligações Praia-Lisboa, asseguradas através dos centros de comunicações da Armada e do Exército existentes no Mindelo, o que por vezes originava algumas demoras, particularmente por causa do sistema de cifra. Esclareça-se também que o alto-comissário recorria igualmente ao circuito civil de telefone e telex nas suas ligações com o Ministério da Coordenação Interterritorial, tendo sido possível utilizar um sistema de cifra privativo do Alto-comissário a partir de Abril de 1975.

No período final de 2 de Julho a 5 de Agosto de 1975, as comunicações internas no arquipélago e a ligação com Lisboa foram asseguradas por navios de guerra que estavam fundeados na Praia, ao largo do Mindelo e do Sal.

Que forças existiam em Cabo Verde em fins de Dezembro de 1974? Eram praticamente cerca de 1800 homens. Desses, 1500 eram do Exército. Novecentos de companhias de caçadores e polícia militar, e cerca de 600 eram homens dos comandos e serviços. Da Armada eram 210 e da Força Aérea 130. Além disto, havia também como elementos portugueses na PSP de Cabo Verde, 60 europeus. Estes cerca de 1800 homens estavam espalhados pelo arquipélago da seguinte maneira: o Exército tinha em São Vicente o quartel-general, os principais órgãos administrativos e de serviços e, como unidades operacionais, o equivalente a cerca de três companhias de caçadores e uma companhia de polícia militar reduzida. Em Santo Antão, estava deslocado um pelotão de caçadores. No Sal, havia o comando militar do Sal, alguns órgãos administrativos e de serviços, blindados operacionais e mais ou menos uma companhia de caçadores e um pelotão de bateria anti-aérea. Na Boavista, estava também destacado um pelotão de caçadores. Em Santiago, com uma guarnição maior, havia o comando militar de Sotavento, alguns órgãos administrativos e de serviços, reduzidos, e o equivalente a uma companhia de caçadores reforçada. E no Fogo uma companhia de polícia militar. Havia ainda, na ilha de Santiago, um pelotão de polícia militar, destacado em Santa Catarina e dois pelotões de caçadores destacados no Tarrafal. A Armada, muito sinteticamente, direi que tinha, no Mindelo, o seu quartel-general e alguns órgãos de apoio, as oficinas navais, a estação de rádio naval e outros serviços. E tinha um pelotão de fuzileiros. Em Santiago, tinha um posto de rádio naval. Como unidades navais, naquela altura, existiam duas corvetas, um patrulha e uma lancha de desembarque. A Força Aérea tinha em Santiago um comando aéreo que estava a ser instalado. Tinha o

aeródromo de trânsito no Sal, um pelotão de polícia aérea, um avião de reconhecimento e salvamento marítimo e dois aviões DC3 de transporte.

Com uma grande fatia de administrativos e de serviços, estes efectivos eram relativamente reduzidos para um arquipélago com as características de Cavo Verde e encontravam-se concentrados, fundamentalmente, nas três ilhas principais: (Santiago, S. Vicente e Sal). Havia uma presença reduzida noutras três ilhas (S. Antão, Boavista e Fogo), e não tinham qualquer guarnição militar as restantes quatro ilhas do arquipélago (S. Nicolau, S. Luzia, Maio, Brava).

Uma das funções que o senhor almirante tinha era, como vimos, a de presidir ao Conselho de Defesa e Segurança. Abordarei aqui, muito rapidamente, esse Conselho. Vimos, e o senhor almirante há pouco referiu isso, que este Conselho, de acordo com o *Estatuto Orgânico de Cabo Verde*, era constituído pelo alto-comissário, pelos três comandantes das Forças Armadas portuguesas presentes no arquipélago e pelos ministros do governo de transição. Além disso, podiam participar outros elementos nomeados pelo senhor almirante, cabo-verdianos, sem direito a voto. Este Conselho reunia quando o senhor almirante o convocasse, quer por iniciativa dele, quer a pedido de qualquer um dos membros com direito a voto. O Conselho de Defesa e Segurança reuniu apenas por duas vezes: a primeira, nos dias 5 e 6 de Abril, e a segunda, no dia 17 de Abril de 1975. Em ambos os casos foi convocado por iniciativa do alto-comissário. Essa reunião de 5 e 6 de Abril foi a mais demorada e destinou-se a discutir e a trocar impressões sobre vários assuntos. Um deles era a forma como decorrera até então a descolonização, que vinha a merecer referências muito positivas por parte do PAIGC. Outro aspecto era o estabelecimento de directrizes gerais para que a fase final pudesse igualmente decorrer sem problemas, de modo a consolidar-se a confiança da população no processo em curso, na acção do governo

de transição e no futuro do Estado de Cabo Verde. [Outro assunto era] o estabelecimento de directrizes genéricas para que a eleição dos deputados à Assembleia Constituinte pelos militares portugueses que se encontravam a prestar serviço em Cabo Verde⁷ decorresse da melhor forma possível e pudesse, inclusivamente, servir, digamos a constituir exemplo para as eleições a realizar para a Assembleia do Povo de Cabo Verde. Esta reunião também estabeleceu directivas gerais sobre a retracção do dispositivo e a retirada das forças portuguesas do arquipélago de Cabo Verde; sobre a entrega de instalações e equipamentos às futuras forças armadas de Cabo Verde; sobre a organização e formação destas. A reunião de 17 de Abril, que seria a última, foi convocada de urgência pelo alto-comissário. Era um dia de reunião de Conselho de Ministros e lembro-me de que a certa altura chegou uma mensagem do Estado-Maior General das Forças Armadas referindo haver ameaças de eventuais actos de força sobre o aeroporto do Sal. O almirante, quando teve conhecimento disso, reuniu imediatamente o Conselho de Defesa e Segurança, à noite, e decidiu-se recomendar aos elementos das Forças Armadas que estavam no Sal que incrementassem as medidas de vigilância e segurança no aeroporto bem como pedir, como reforço para a guarnição do Sal, um pelotão de pára-quedistas, o qual, de resto, estava previsto no nosso plano para a fase final de evacuação das forças portuguesas. O Conselho de Defesa e Segurança, além destas duas reuniões, não voltou a reunir-se, fundamentalmente porque o clima de ordem pública e normalidade com que tudo decorreu não exigiu que se reunisse. Aliás, devo recordar que os elementos que constituíam este Conselho eram pessoas com quem o senhor almirante tinha, digamos, contactos muito frequentes. E portanto, qualquer coisa que eventualmente pudesse ser necessária tratava-se informalmente.

⁷ Nessa eleição votaram não só militares mas também civis portugueses residentes em Cabo Verde.

Outro aspecto que eu vou aqui passar a descrever, refere-se à Comissão Militar Mista entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças armadas de Cabo Verde. Qual foi a origem e a constituição desta comissão? **Devo** dizer que um dos assuntos que, desde o início, mereceu a atenção do comando-chefe das Forças Armadas portuguesas foi a constituição e preparação de forças armadas para o futuro Estado independente de Cabo Verde. O assunto era delicado e interessava fundamentalmente ao PAIGC. Desde logo, o alto-comissário considerou que era necessário evitar que o processo que inevitavelmente iria decorrer pudesse ter repercussões negativas no processo de descolonização. Admitia-se que o PAIGC, face às necessidades de garantir a segurança interna após a independência, procurasse eventualmente (era uma coisa que nos preocupava) infiltrar homens e material trazidos da Guiné. E eu lembro que a Guiné já era independente desde Setembro de 1974. Ou resolvesse iniciar, de forma encoberta, a formação dessas suas forças militares ou de milícias populares. Entendeu-se, por isso, que a melhor solução era abordar o problema com o PAIGC, o que foi feito, recordando que havia em Cabo Verde um potencial muito grande de recrutamento de militares para as suas futuras forças armadas de Cabo Verde, quer de pessoal já praticamente instruído (lembro que antes de 25 de Abril, cerca de 40% dos efectivos militares presentes em Cabo Verde era constituído por cabo-verdianos), quer de pessoal a seleccionar e a instruir até à data da independência. Considerou-se igualmente que as Forças Armadas portuguesas poderiam transferir para as forças armadas de Cabo Verde, não só aquelas instalações que, inevitavelmente, iriam abandonar, mas também muito material e abastecimentos, que poderiam igualmente dar uma ajuda importante na formação daquelas forças. Após alguns contactos formais e informais com os responsáveis do PAIGC, e dada a receptividade revelada, o alto-comissário abordou o assunto, pela primeira vez, numa reunião do Conselho de Ministros no dia 12 de Fevereiro de

1975, sugerindo que este assunto fosse tratado de forma aberta e da melhor forma possível, e fosse nomeada uma comissão mista de militares portugueses e elementos do PAIGC, que teria por missão não só definir as forças a formar, como também acompanhar e apoiar essa formação. O assunto foi novamente abordado pelo alto-comissário em reunião do Conselho de Ministros de 24 de Fevereiro de 1975, após o seu regresso de uma deslocação de trabalho a Lisboa onde obtivera acolhimento favorável para a cedência de armamento, equipamento e abastecimentos às futuras forças armadas de Cabo Verde. Assim [nasceu] a Comissão Militar Mista com seis elementos portugueses: o comandante do CTICV; o comandante aéreo de Cabo Verde; o comandante militar de Sotavento; e três elementos do gabinete do comando chefe (eu próprio e mais dois Adjuntos. [E o PAIGC designou] quatro elementos: comandante Silvino da Luz; o comandante Joaquim Pedro Silva; o comandante Dantas Pereira; e o comandante Timóteo Tavares. Esta Comissão Militar Mista teve uma função importante no âmbito militar da descolonização, iniciou as suas funções em 10 de Março de 1975, e reuniu formalmente onze vezes, sendo a última no dia 20 de Junho de 1975. Além disso, houve frequentes contactos informais, sempre que era necessário. Devo salientar o ambiente de cordialidade e o clima de cooperação em que decorreram as reuniões da Comissão Militar Mista, sem quebra das posições e dos interesses que, naturalmente, cada uma das delegações deveria defender. «Isto aqui entre nós vai tudo ser tratado da melhor forma; não somos políticos e portanto é tudo com a maior lealdade e clareza» [diziam eles]. E nós: «Sim senhor, é mesmo assim que queremos conversar». Acho que foi um dos aspectos mais significativos desta Comissão Militar Mista. [...]

Na primeira reunião que teve lugar com elementos do PAIGC – já tinham sido solicitados nesses sentido - [eles] apresentaram as suas necessidades. E o que eles queriam era: doze pelotões de infantaria; dois pelotões de artilharia de defesa de costa; dois pelotões de

fuzileiros; dois pelotões tipo Sapadores; algum pessoal de serviços. E, finalmente, queriam três ou quatro lanchas pequenas; três aviões tipo DC3; três avionetas e um avião P2V5, estavam até a pensar num avião português que lá estava. Após algumas reuniões e por aproximações sucessivas, chegou-se à conclusão que isto tudo era, se calhar, difícil de alcançar. E acabámos por assentar, de acordo com o PAIGC, que se formariam os doze pelotões de infantaria. Algumas das outras coisas não eram possíveis. No que se refere a meios navais, de acordo com as directivas do Estado-Maior da Armada, [seria caso] para tratar depois da independência, [no quadro] de cooperação entre os dois Estados. No que se refere a meios aéreos, a Força Aérea foi mais aberta, disse que podíamos considerar a cedência dos dois DC3, que já lá estavam. Mas quando o PAIGC disse que gostaria de ficar com o avião de reconhecimento e salvamento marítimo, como era um avião altamente sofisticado, exigindo um apoio bastante complexo que Cabo Verde não estava em condições de assegurar, foi posto de lado.

Como é que correu, depois, a instrução destas forças armadas de Cabo Verde? Os delegados do PAIGC manifestaram, desde o início, o desejo de que as futuras forças armadas de Cabo Verde fossem instruídas por pessoal português: «Nós queremos que vocês instruem as nossas forças. E nos gostaríamos que fosse com o melhor pessoal que têm. Gostaríamos que fosse com pessoas vindo do Centro de Instrução de Operações Especiais». Nós dissemos: «Sim Senhor, se vocês querem, vamos procurar que isso se resolva dessa forma». O Estado Maior do Exército dispôs-se a deslocar para Cabo Verde uma equipa de instrutores formada por um capitão, seis alferes instrutores e doze furriéis monitores, com as especialidades de Comando e Operações Especiais, que tiveram a seu cargo a preparação desses doze pelotões de Infantaria. A este pessoal juntaram-se alguns assessores do PAIGC, que tomaram conta dos assuntos de carácter interno e da doutrinação política. [E nós dissemos]: «Há outro

aspecto que nós queremos que seja tratado e corra bem, que é a segurança das altas entidades portuguesas no dia 5 de Julho, em especial nos dias 5 e 6, face à retirada das nossas forças». E discutimos como isso deveria ser feito. E finalmente dissemos: «Atenção que há outro assunto que nos preocupa, que é a segurança das nossas forças quando estivermos a embarcar». Até ao último dia, tivemos sempre o pelotão de pára-quedistas e outras forças em terra a garantir a segurança dos aviões que levantavam. E a certa altura, disse-se assim: «E quando forem as últimas forças a embarcar, quem é que garante a segurança disto? Quem é que me garante que não vai para lá algum tipo fazer fogo contra os aviões? Vocês garantem a segurança para que corra tudo com a maior normalidade».

Outro assunto que interessa aqui dar conhecimento, porque isso também teve interesse na forma como decorreu a descolonização, foi a retracção do dispositivo português e a retirada total das forças armadas portuguesas de Cabo Verde. Esta foi uma acção que desde o início mereceu uma ponderada atenção por parte do comando-chefe procurando fundamentalmente manter um equilíbrio entre a necessidade do alto-comissário de dispor sempre das forças necessárias e suficientes para manter a autoridade do Estado português (o controlo do processo de descolonização) até à data da independência; e, por outro lado, a vantagem de uma retirada progressiva e harmoniosa que aproveitasse da melhor forma os transportes necessários para o efeito. Por outro lado ainda, tivemos ainda em consideração a natural expectativa de muitos militares portugueses de abreviar o seu regresso a Portugal, particularmente o daqueles que estavam há mais tempo a cumprir o serviço militar. Foram, por isso, elaborados dois planos: Plano 1, que era o plano de redução e retracção do dispositivo; Plano 2, que era o plano de retirada final. Isto correu da melhor forma possível. O Plano 1 começou logo a ser executado a partir de 12 de Fevereiro, visando, numa primeira fase, recolher a Portugal todo o pessoal já passado à

disponibilidade e as unidades constituídas ou pessoal já isolado que tivessem mais de dezoito meses de comissão em Cabo Verde, ou trinta meses de permanência nas fileiras. Numa segunda fase, íamos concentrar os efectivos nas três ilhas principais. E numa terceira fase seria a retirada final. O Plano 2 tratou fundamentalmente dessa retirada final.

Na última semana da permanência das nossas forças em Cabo Verde, o dispositivo militar baseou-se nas seguintes unidades: em S. Vicente uma companhia de polícia militar reduzida, que está até ao dia 2 de Junho, data em que foi retirada para o Sal, e do Sal para o Continente. E um navio de guerra, com alguns elementos em terra – fuzileiros. Em Santiago, havia uma companhia de polícia militar reforçada, e esta ficou até dia 5 de Junho, porque era a nossa força que iria participar na cerimónia da declaração de independência. E, igualmente, um navio de guerra. E no Sal havia um pelotão de polícia militar que esteve também até ao dia 2, altura em que foi evacuado, ficando um pelotão de pára-quedistas a garantir a segurança até ao dia 5. E ficou também um navio de guerra. Nesta coisa da retracção, foi também considerado que não era preciso só retirar, mas era preciso eventualmente alguns reforços. E porquê? Quando eu referi o número de navios de guerra que havia no dia 24 de Dezembro, eu lembro que eram apenas dois. Na fase final, nós considerámos três, um em cada sítio onde tínhamos guarnição militar: um na Praia, um no Mindelo e outro no Sal. Para apoiar as forças ainda existentes e a retirada. E precisámos também do pelotão de pára-quedistas, que eu há pouco referi, que acabou por ir para Cabo Verde com maior antecedência por causa das ameaças no Sal. [...] E eram aqueles que, no último dia, entravam para o avião e depois regressavam. [Com] estas movimentações todas de tropa, houve necessidade de um plano de transportes. As forças basearam-se quase exclusivamente em meios da Força Aérea: nos dois DC 3 que lá tínhamos mais um ou dois Nordatlas que para lá foram. No sentido Sal-Lisboa, utilizaram-se

os aviões DC6 dos transportes aéreos militares e, depois, quando foi necessário, seis missões de Boeing 707 [também] dos transportes aéreos militares. Quando os efectivos das unidades [a evacuar] excederam a capacidade dos DC6 ou quando houve necessidades adicionais de transporte de material, [fez-se] uma missão Boeing 747 e outra Boeing 747/200, fretadas à TAP.

Outro aspecto que tem interesse aqui referir, e a que há bocado o general Wilton Pereira se referiu, é o da entrega de instalações, material e abastecimentos. O modo de proceder quanto à entrega das numerosas instalações a cargo das Forças Armadas Portuguesas foi definido em reuniões do Conselho de Ministros do governo de transição e foi depois pormenorizado na Comissão Militar Mista. A entrega das instalações só teve início depois de entrarem em exercício as comissões administrativas das autarquias locais, o que, de um modo geral, se processou em três fases. Até meados de Abril, as nossas forças entregaram as instalações directamente às referidas comissões administrativas. Isto envolveu poucas instalações, algumas foram abandonadas, mas pouca coisa. De meados de Abril a meados de Junho, as nossas forças entregaram directamente as instalações às referidas comissões administrativas, mas nestas comissões foram, para o efeito, integrados representantes das futuras forças armadas de Cabo Verde, que já estavam em constituição. De meados de Junho até fins de Julho, as nossas forças entregaram as instalações directamente às futuras forças armadas de Cabo Verde, que, naquela altura, já estavam na fase final da instrução. Esta fase final abrangeu os principais aquartelamentos e órgãos de comando dos três ramos e terminou no próprio dia da declaração de independência, uma delas praticamente já depois da independência – foi um quartel da Praia, da companhia de polícia militar que tomou parte na cerimónia. A entrega destas instalações, bem como de todos os materiais, equipamento e abastecimentos obedeceu a procedimentos de ordem administrativa, no sentido de assegurar que fossem entregues nas

melhores condições e com os meios essenciais ao seu funcionamento. Geralmente procurou definir-se: nós entregamos o quartel em condições de passar a ser imediatamente utilizado. Não são só os edifícios. São os edifícios e todos os equipamentos que lá estão: cadeiras, mesas, máquinas de escrever, material de cozinha, material de aquartelamento, cobertores, camas - tudo ficou totalmente equipado. Foi ponto de honra que tudo ficasse nas melhores condições possíveis. E ficou.

Em material e abastecimentos, face às instruções verbais que inicialmente atribuíam ao alto-comissário capacidade para definir qual o material a entregar, definimos dois princípios: só deviam ser evacuados para Lisboa os artigos que eventualmente interessassem e fizessem falta às forças armadas portuguesas. Tudo o resto, se quisessem, nós entregávamos. E assim aconteceu. No que se refere a determinados tipos de abastecimento, foi tido em consideração que o arquipélago sofria de graves carências e, portanto, tudo o que havia de abastecimentos nós deixámos. Alimentos, munições, tudo isso foi entregue. Material afecto à NATO, isso nem pensar. Tudo foi retirado efectivamente para a metrópole.

Outra assunto agora, só para pormenorizar aquilo em que o senhor almirante há pouco falou: aos detidos no Tarrafal. Faço aqui uma breve referência aos antecedentes, mas talvez o Dr. Manuel de Lucena e o Dr. [Pedro] Gonçalves pudessem eventualmente referir estes antecedentes, que conhecem melhor que nós, uma vez que se referem a um período anterior à chegada do senhor almirante. Devo dizer que nesse período anterior foram colocados sob custódia militar 58 civis cabo-verdianos. E isto teve origem numa ampla movimentação de massas populares que, em princípios de Dezembro de 1974, exigiu a neutralização de determinados indivíduos, que, à semelhança do que se passava aqui mesmo em Portugal, em Angola e em Moçambique, eram considerados como susceptíveis de pôr em risco a tranquilidade e a paz no arquipélago e a sua descolonização.

Esta movimentação de massas, a que deve associar-se a ocupação, em 9 de Dezembro, da Rádio Barlavento, no Mindelo, terá sido provocada com vista a forçar Portugal a decidir-se quanto à orientação a dar à descolonização de Cabo Verde. Decorriam conversações entre o Governo Português e o PAIGC [e] foi uma forma de forçar a decisão do Governo português. E quais foram as detenções feitas? Em São Vicente, no dia 14 de Dezembro de 1974, foram apresentadas, em menos de duas horas, cerca de sessenta moções das mais diversas proveniências, em que se exigia a prisão de elementos tidos como provocadores, informadores da ex-PIDE/DGS ou que actuavam em nome de partidos políticos não reconhecidos. Essas moções, todas de S. Vicente, foram dirigidas às mais variadas entidades: ao comandante-chefe, ao comandante do CTICV, ao MFA, ao encarregado do Governo, à Rádio Voz de S. Vicente (nova designação da emissora ocupada) e à direcção nacional do PAIGC. As referidas moções atingiam um total de 28 indivíduos, dos quais oito eram referidos nominalmente em todas. Esses oito indivíduos foram efectivamente detidos em 14 e 15 de Dezembro, entregues às forças militares e colocados no presídio do Tarrafal. Em Santiago, inicialmente e na mesma altura, foram detidos pela PSP da cidade da Praia dois indivíduos acusados pelo PAIGC de pretenderem levar a efeito acções violentas contra os elementos mais destacados daquele partido. Como prova foi apresentada uma fita gravada com as conversações havidas em casa de um dos referidos indivíduos. Posteriormente foram detidos por populares e entregues às Forças Armadas mais trinta e dois elementos tidos como provocadores e actuando em nome de grupos políticos não reconhecidos. Em 18 de Dezembro, foi igualmente detido na cidade da Praia um indivíduo vindo do Mindelo, sob as mesmas acusações. No Fogo, em 16 de Dezembro, foram detidos pela Polícia Militar e pela PSP vinte e dois elementos, também acusados de provocação e de actuação em nome de partidos políticos não reconhecidos. Nove desses elementos foram

posteriormente libertados, os restantes foram transferidos para o Tarrafal no dia 3 de Janeiro. Em Santo Antão, foram detidos dois elementos sob idênticas acusações. Foram também transferidos para o Tarrafal. E no Sal registaram-se idênticas acusações contra cinco indivíduos que chegaram a se detidos pela PSP. As averiguações sumárias, entretanto feitas, verificaram que afinal se tratava de questões de vingança pessoal e esses indivíduos foram libertados poucas horas depois. Portanto, esta foi a situação herdada quando o alto-comissário chegou ao arquipélago. Como é que isto evoluiu até à data da independência? Em fins de Dezembro de 1974, o alto-comissário determinou que fosse constituída uma comissão de dois oficiais, licenciados em Direito (um militar e um civil), a fim de proceder a averiguações sobre os factos de que os detidos eram acusados. Em 7, 8 e 9 de Fevereiro, conforme as conclusões obtidas nos respectivos autos, foram restituídos à liberdade dezasseis, verificando-se que não havia nada de concreto contra eles; e dois deles resolveram vir para Portugal. Em 7 de Junho de 1975, foram transferidos para Lisboa, para prosseguimento dos processos e por os mesmos conterem referências a possíveis ligações com a PIDE/DGS, dezanove indivíduos colocados em Caxias, à ordem da Comissão de Extinção da PIDE/DGS/LP. Em 11 de Junho de 1975, foram transferidos para o foro civil 10 indivíduos, para continuação dos respectivos processos e chegou-se à conclusão de que nada tinham de político – eram problemas do foro criminal. Na mesma data, foi restituído à liberdade um indivíduo por se chegar à conclusão de que não havia nada contra ele. Os restantes doze indivíduos foram abrangidos por uma amnistia decretada em 6 de Julho pelo Governo de Cabo Verde, a propósito da independência do Estado. Destes, dez optaram por vir para Portugal, em 6 de Julho, num avião da Força Aérea – fomos nós próprios que os evacuámos. Dois ficaram em Cabo Verde. Refira-se (o senhor almirante há pouco já fez uma observação neste sentido) que foi ponto de honra do alto-comissário resolver

completamente este assunto até à data da independência de Cabo Verde, de modo a não deixar na prisão quaisquer dos indivíduos atrás referidos, o que foi conseguido.

Outro aspecto que julgo ter interesse referir é o das cerimónias da independência. Para isso, foi constituída uma Comissão para a Cerimónia da Declaração de Independência [CCDI].

A fim de que a declaração da independência se revestisse da dignidade e do relevo adequados ao facto histórico e no sentido de obter a plena coordenação e convergência de esforços das entidades e órgãos intervenientes, foi criada, por decreto-lei do governo de transição, de 28 de Maio de 1975 [esta] CCDI. Incluía, além dos delegados dos vários departamentos do governo de transição, elementos militares do alto-comissariado e das Forças Armadas portuguesas, bem como delegados da Comissão Nacional do PAIGC e das forças armadas de Cabo Verde. A independência do Estado de Cabo Verde foi solenemente proclamada na cidade da Praia, cerca das 12 horas do dia 5 de Julho de 1975, com a presença do primeiro-ministro, membros do Conselho da Revolução de Portugal, delegados da ONU e OUA e muitas delegações internacionais. As nossas forças e as forças armadas de Cabo Verde, em conjunto, prestaram as honras militares ao primeiro-ministro português, quando ele chegou ao Estádio da Várzea. Na cidade do Mindelo e no Sal, realizaram-se curtas cerimónias de índole essencialmente militar. Aqui só um parêntesis só para dizer que, dada a importância que aquilo tinha no contexto sociopolítico de Cabo Verde, o PAIGC decidiu realizar, em S. Vicente, depois do dia 7, uma cerimónia com projecção semelhante à da Praia. Só compreende isto quem saiba da rivalidade entre S. Vicente e S. Tiago. Nas restantes ilhas, não houve qualquer participação das nossas forças e praticamente não houve cerimónias. No que se refere à presença das nossas forças na cerimónia da independência, o esquema geral observado foi o seguinte: pelas 8 horas do último dia, 5 de Julho, foi içada pela última vez a bandeira

nacional portuguesa, com todas as honras militares, nós fizemos questão que fosse tudo com a máxima dignidade no Estádio da Várzea, onde fizeram depois a cerimónia da troca de bandeiras. Foi também içada a bandeira nacional na cidade do Mindelo (edifício do comando naval) e no Sal (aquartelamento do aeródromo de trânsito nº 1 da Força Aérea). Na cidade da Praia, uma companhia de polícia militar, reforçada, e duas companhias das forças armadas de Cabo Verde prestaram honras, quando chegou o primeiro-ministro português e membros do Conselho da Revolução e, depois, durante a substituição das bandeiras nacionais. Às 12 horas, portanto, na cidade do Mindelo e no Sal, uns minutos mais tarde na Praia, foi arreada a bandeira nacional. Eu lembro-me perfeitamente desta cerimónia, na qual as forças portuguesas e cabo-verdianas apresentaram armas com a maior dignidade, tudo no máximo silêncio, foi arreada a bandeira de Portugal, foi dobrada a bandeira de Portugal, foi entregue a um elemento militar português para depois trazer essa bandeira, a entregar ao alto-comissário, para a trazermos para Lisboa. Portanto, honras militares prestadas com a máxima dignidade, enquanto os navios de guerra faziam ouvir as suas salvas. Depois, passou-se ao hastear a bandeira de Cabo Verde, com igual dignidade e respeito. Outra coisa curiosa que na altura foi feita, por sugestão do comandante aéreo de Cabo Verde, foi enquanto estavam os navios a prestar salvas, uma formação da Força Aérea portuguesa (constituída pelo máximo de aviões que lá tínhamos nessa altura, que eram dois Nordatlas e dois DC3) sobrevoou o local da cerimónia e lançou flores e panfletos com palavras de saudação ao novo país. Eu devo dizer que na altura, o tenente-coronel Almeida assistiu a isso, [eu?] disse: «Panfletos, muito bem, nós temos aí uns milhares. Mas onde é que nós vamos arranjar flores aqui em Cabo Verde?» Bem, eles andaram a colher flores e conseguiram efectivamente lançar flores e panfletos.

Eu gostava de dizer aqui umas palavras de apreciação desta

cerimónia. Um dos principais objectivos do alto-comissário foi sempre que a cerimónia final de transferência de soberania em Cabo Verde decorresse com elevada dignidade, embora sem limitar algumas manifestações de alegria e entusiasmo por parte do PAIGC, que seria difícil controlar. A presença de grande número de convidados, quer representantes de Portugal, quer de outros países e organizações internacionais, impunha que se encerrasse com chave de ouro um processo de descolonização que o PAIGC, a certa altura, classificara de exemplar. Tal desiderato foi plenamente conseguido, dada a convergência de esforços dos responsáveis do PAIGC que manifestaram, quanto a mim, um elevado sentido de Estado e exprimiram sempre o desejo de que as relações do futuro Estado de Cabo Verde com Portugal viessem a pautar-se por laços de amizade, compreensão e respeito mútuo. Os trabalhos daquela Comissão para a Cerimónia decorreram, por isso, sempre com grande espírito de colaboração, tendo o PAIGC aceite sem reservas todas as sugestões apresentadas pelos delegados portugueses, incluindo o esquema completo da cerimónia da independência. O esquema completo – começar às oito horas com o hastear da bandeira portuguesa e depois tudo o que se passou até ao final – foi feito por nós. «Nós queremos que seja assim. Vocês concordam? Isto vais correr na melhor ordem e dignidade e queremos a vossa colaboração.» «Sim, senhor, é assim que se vai passar.» Isto eram as cerimónias oficiais. Agora, cerimónias populares, o PAIGC organizou algumas e o alto-comissário, através de verbas do seu Gabinete, financiou parte dessas cerimónias populares dadas as dificuldades financeiras do PAIGC.

Em conclusão desta exposição, digamos, de âmbito militar, que já vai longa, eu gostaria de dizer que, a partir da posse de 24 de Dezembro do alto-comissário, e, depois, em 30 de Dezembro, do governo de transição, não houve praticamente incidentes que perturbassem o processo de descolonização e verificou-se em Cabo Verde um clima

de normalidade e ordem pública que se foi consolidando até à data da independência. O PAIGC, uma vez assinado o acordo com Portugal em 19 de Dezembro de 1974, tinha interesse em que tudo decorresse na maior normalidade, como efectivamente decorreu. As forças armadas portuguesas presentes em Cabo Verde asseguraram, com sucesso, a sua missão de garantir, neste período final, a ordem pública e a segurança interna, e, pela forma eficiente, serena e sem complexos com que sempre actuaram, pela plena confiança que conquistaram ao PAIGC, particularmente através da instrução das futuras forças armadas do Estado independente de Cabo Verde e com a entrega, em boas condições, de todas as instalações militares, armamento, equipamento e abastecimentos, contribuíram para o estabelecimento e consolidação das fraternas relações que desde a independência de Cabo Verde se verificam entre os dois Estados.

Almirante Almeida d'Eça: Retomo a minha exposição.

Para uma visão mais completa do que fez o governo de transição, teríamos agora de ouvir os ministros da Coordenação Económica e do Trabalho, da Justiça e das Assuntos Sociais, e da Educação e Cultura, que não estão presentes. Longe de mim procurar descrever o que foi realizado nesses departamentos, mesmo em termos extremamente sucintos. No entanto gostaria de mencionar um ou outro aspecto que me pareça mais relevante. Começando pelo Ministério da Coordenação Económica e do Trabalho, há que ter presente a angustiada situação financeira e alimentar a que me referi anteriormente, o reduzido significado da resposta da Organização das Nações Unidas ao pedido de auxílio de emergência que formuláramos, e a pronta ajuda e apoio da Governo Português, no fiel cumprimento do acordo com o PAIGC. Trabalhei horas infindas com o dr. Amaro da Luz em busca de soluções para assuntos que requeriam acção imediata bem como dos caminhos a trilhar a médio e longo prazo. Mas a fragilidade dos sectores capazes de gerar riqueza e produzir empregos e as perspectivas de permanecerem os anos de

seca conduziam-nos sempre à necessidade de continuar com os sistemas de apoio para garantir a sobrevivência das populações. E Cabo Verde não tinha receitas que permitissem fazer face a esse encargo após a independência.

Necessariamente que foram tomadas medidas para racionalizar os encargos com os sistemas de apoio – medidas essas muitas vezes impopulares e tendentes a gerar instabilidade – e que também se procurou reorientar as frentes de trabalho para obras de natureza mais produtiva, como sejam por exemplo a retenção de terras e de águas, mas os encargos permaneciam a um nível incomportável para o futuro Estado de Cabo Verde, sem que tivesse um auxílio substancial.

Multiplicaram-se as diligências junto de organismos internacionais e o dr. Amaro da Luz fez visitas a vários países no sentido de angariar ajudas. Obtiveram-se resultados, mas não muito significativos. Por isso, acabávamos sempre por olhar para Portugal, embora sabendo que a situação económica não era fácil, e foram-se preparando mecanismos que permitissem a cooperação entre Estados.

No que respeita ao Ministério da Justiça e dos Assuntos Sociais, as declarações de Carlos Reis proferidas perante a Missão da Comissão de Descolonização da ONU (Comissão dos 24), e também durante a visita do ministro da Coordenação Interterritorial, dr. Almeida Santos, constituem documentos que descrevem bem os problemas existentes e o que tinha em mente fazer -se. Relativamente à Justiça, é de referir que, para além da resolução dos problemas correntes e das questões resultantes de uma situação nova – bem melindrosas quase sempre – era necessário um trabalho em profundidade para ajustar a estrutura judicial aos conceitos de futuro estado independente. Deu-se para o efeito início ao estudo do projecto de organização judicial do futuro Estado de Cabo Verde, para a elaboração do qual se prestou todo o apoio possível. Quanto a Assuntos Sociais, vou citar, em termos de conceito, declarações de Carlos Reis perante a Missão

da Comissão dos 24: «Para nós, fazer assistência social, é investir no desenvolvimento do nosso país de uma forma planificada, contribuindo directamente na criação de infra-estruturas, e proteger os sectores social e economicamente mais débeis dentro da óptica da construção de um país que se quer livre e soberano. O sector da população que mais nos preocupa é o das crianças aonde o efeito multiplicador das crises e de uma vida de misérias se faz sentir de forma mais dramática não apenas em termos de presente mas, principalmente em termos de futuro».

A situação de grande carência em que Cabo Verde vivia avolumava as questões de natureza social para as quais era difícil encontrar solução mesmo para problemas pontuais imediatos, quanto mais em termos de futuro.

No âmbito da Saúde, por exemplo, era preocupante a falta de médicos, que tenderia a agravar-se com a saída dos militares, problema que procurámos minorar. E, no referente a instalações hospitalares, foram feitas diligências para as melhorar e para assegurar a continuidade de funcionamento, não descurando a preparação de mecanismos de cooperação entre Estados.

Ainda a título de exemplo, recordo a preocupação que nos causou a pretensão dos emigrantes, particularmente de Portugal e de Angola, de regressarem a Cabo Verde. Não havia estruturas nem condições para os receber e por isso se fizeram diligências prementes para dilatar no tempo a sua vinda.

Uma referência também ao Ministério da Educação e Cultura, onde se tomava necessária uma transformação muito grande para adaptar o ensino às novas concepções de Cabo Verde independente. Refiro palavras do dr. Manuel Faustino, aquando da reunião com a Missão da Comissão dos 24, como definidoras de uma nova orientação: «Neste domínio, pensamos que a prioridade máxima é a colocação da educação e cultura ao serviço do nosso povo, da conquista realizada e do reforço da independência nacional.» Era necessária uma

reorganização profunda não só nos meios de ensino como também na atitude mental dos professores, tarefa aliás de longa duração. O sector mais carente era o do ensino primário, e foi-lhe dada prioridade nas tarefas realizadas. O ensino secundário tinha menos problemas. Foi no capítulo do ensino que a colaboração dos organismos internacionais, nomeadamente a UNICEF e a UNESCO, se mostrou mais frutuosa quer no imediato quer em programas de longo prazo.

Termino aqui o que entendi dizer-vos, em termos brevíssimos, sobre os Ministérios cujos responsáveis não estão presentes.

Mas de tudo o que referi, há uma generalização que se pode fazer: as dificuldades existentes e os escassos meios para lhes fazer face não levantaram dissidências entre os Ministros portugueses e cabo-verdianos, nem tão-pouco com o alto-comissário.

Creio poder afirmar que poucas semanas após a posse do governo de transição, grande parte dos nossos trabalhos e preocupações iam para além do período de transição e tinham como objectivo criar condições que facilitassem a governação do futuro Estado independente de Cabo Verde, que não se afigurava fácil.

A poucos mais assuntos desejo referir-me.

Comecemos pela Missão da Comissão de Descolonização da ONU, vulgarmente conhecida pela Comissão dos 24, órgão temido pelo peso das suas opiniões.

A visita a Cabo Verde foi solicitada pelo PAIGC, ao que o Governo Português deu a sua imediata concordância.

A Missão era presidida pelo embaixador Kelani, da Síria, e tinha uma composição significativa. Chegou a Lisboa a 23 de Fevereiro de 1975, de onde partiu a 5 de Março, tendo-se deslocado a Cabo Verde entre 25 de Fevereiro e 1 de Março.

Pretendia expressamente o embaixador Kelani «contactar o povo cabo-verdiano, através do Governo e do PAIGC, avaliando as necessidades fundamentais nos diversos domínios para acesso à

independência, e contactar o Governo Português para colher a sua ideia da situação e medidas tomadas e projectadas para auxiliar o acesso à independência».

No que respeita à sua estadia em Cabo Verde, o programa que preparámos mereceu a geral aprovação da Missão.

Sem referência a actos protocolares, compreendeu sessões de trabalho com o governo de transição e com os órgãos dirigentes do PAIGC, e visitas às ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão e Sal, onde contactou com elementos da administração, delegações do PAIGC e população, de forma a que fosse dado conhecimento tão amplo quanto possível da realidade cabo-verdiana.

No que respeita ao governo de transição, foram feitas exposições detalhadas pelo alto-comissário e por todos os Ministros.

Em Lisboa, houve encontros com as entidades mais representativas do sector da descolonização.

Permitam-me que reproduza do manuscrito da intervenção de Abílio Duarte, elemento respeitado do PAIGC, e, mais tarde, Presidente da Assembleia que veio a ser eleita: «Depois da assinatura do Acordo de Lisboa, em 18 de Dezembro de 1974, que decidiu a criação de um governo de transição de responsabilidade bipartida (Governo Provisório Português e PAIGC), a situação política em Cabo Verde evoluiu de maneira satisfatória – poderei mesmo dizer de maneira exemplar – no sentido de uma real descolonização.»

A Comissão dos 24 elaborou três documentos que merecem ser lidos, e de cujas recomendações e sugestões registo sumariamente o seguinte: mobilização dos órgãos competentes das Nações Unidas para que começassem sem demora a planear a ajuda que fazia parte das suas recomendações; apelo à comunidade internacional, nomeadamente a Portugal, para a prestação de assistência multilateral e bilateral; apelo internacional para satisfação de ajudas de emergência.

Passaria agora à visita a Cabo Verde do ministro da Coordenação

Interterritorial, dr. Almeida Santos, em princípios de Maio de 1975. No decorrer da sua visita, o dr. Almeida Santos esteve presente na reunião de 1 de Maio do governo de transição e encontrou-se com uma Direcção Nacional do PAIGC, se a memória me não falha. Como em visita anterior tinham surgido dificuldades, o dr. Almeida Santos abordou logo de início a questão, prestou esclarecimentos e abriu assim caminho para que a visita fosse bem sucedida. Na reunião com o governo de transição, os Ministros fizeram exposições detalhadas sobre matérias da sua responsabilidade, e abordaram questões que, a dois meses da independência, se definiam já concretamente como sendo desejável que fossem consideradas no âmbito da cooperação. Penso que a visita foi produtiva e correu bastante bem.

Tal como o fizera quando cheguei a Cabo Verde, visitei as diferentes ilhas pouco antes de regressar; no primeiro caso, tive em mente dar-me a conhecer e ajuizar directamente das realidades; no segundo, observar a evolução havida, ou não, apresentar despedidas e fazer votos para que se reforçassem os laços entre Portugal e Cabo Verde independente. Aspectos houve de muito interesse e recordo momentos de grande emoção. Também várias vezes me desloquei a Lisboa, por motivo de problemas mais complexos ou que requeriam rápida resolução.

Nada acrescentarei ao que foi dito pelo General Amílcar Morgado relativamente ao Conselho de Defesa e Segurança que reuniu duas vezes em 6 / 7 de Abril e em 17 do mesmo mês, convocado por mim em ambos os casos. Também nada acrescentarei ao que disse o General Amílcar Morgado sobre a cerimónia da independência, permitindo-me apenas sublinhar o que foi referido quanto a bandeiras de Portugal e de Cabo Verde, símbolos nacionais que deviam merecer todo o respeito, como de facto aconteceu.

Antes de concluir, desejava pedir a vossa atenção para umas breves reflexões.

Um processo de descolonização é altamente complexo; estão em jogo

questões humanas profundamente sensíveis: convicções, interesses, ambições, sentimentos de injustiça, feridas graves, desejos de vingança, etc. É quase sempre muito difícil encontrar soluções equitativas e, no entanto, têm de tomar-se decisões, e em tempo. Ajuizar aquilo que foi feito num contexto de descolonização à luz de conceitos aceites numa sociedade estabilizada e evoluída é um profundo erro, em meu entender. Aliás, para se fazer um juízo sobre uma decisão há que conhecer bem qual a informação de que dispunha quem a tornou e quais os meios de execução que poderia usar. Quantas vezes se tem de decidir por aquilo que se julga ser um mal menor. Não resisto a contar-vos um breve episódio passado vários anos depois de ter estado em Cabo Verde, aquando de uma visita ao nosso país do Colégio de Defesa da NATO, que frequentara. Aconteceu que, numa das sessões havidas, um jovem oficial inglês, um pouco extemporaneamente, fez uma diatribe sobre a nossa descolonização em termos muito duros. Como ninguém manifestasse a intenção de responder, ia eu a fazê-lo quando o comandante do Colégio, almirante inglês que eu bem conhecera, me pôs a mão no ombro e me disse que desejaria ser ele a fazê-lo. E falou aproximadamente assim: «Nós ingleses tivemos uma vasta experiência de descolonização, e mesmo assim, surgiram-nos várias surpresas» – de que deu exemplos. «Mas fizemos sempre a descolonização com um sistema de governo estável e com forças armadas bem equipadas e disciplinadas. Os Portugueses fizeram a sua descolonização com uma profunda transformação política e social em curso, tendo governos que reflectiam as inerentes contradições e fragilidades, e com forças armadas deficientemente equipadas e desmotivadas na sua generalidade. É de admitir que pudessem ter feito melhor, mas é muito difícil ajuizar.»

Fica à vossa reflexão. Vou terminar. Mal me ficaria no entanto, se antes de fazê-lo, não dissesse umas brevíssimas palavras tendo em mente as funções de Comandante-Chefe que desempenhei.

Recebi sempre das Forças Armadas estacionadas em Cabo Verde, assim como das estruturas do MFA ali existentes, todo o apoio que seria de esperar.

Pondo de parte dificuldades que naturalmente surgem no desenrolar de processos como o que estava em curso em Cabo Verde, quero deixar expresso que só me ficaram razões de apreço por aqueles que ali comigo prestaram serviço.

SESSÃO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS

Pedro Gonçalves: Outro aspecto que eu gostava de introduzir era o do impacto económico da saída das forças militares de São Vicente. Tive informações de que o desemprego chegou a atingir 70%, depois da retracção do [nosso] dispositivo.

O Almirante Almeida d'Eça diz que não se pronuncia sobre questões que não se situassem no período de que veio tratar. Faz uma leitura de declarações por si proferidas na Comissão Nacional de Descolonização, a 25 de Janeiro de 1975 sobre a situação política que encontrou em Cabo Verde, do qual se transcrevem seguidamente algumas passagens. «O PAIGC tem-se mostrado a única força política existente, a partir do momento em que cheguei. Tem adeptos principalmente entre a juventude [muito importante] na pirâmide etária: estudantes, funcionalismo, elementos categorizados dos sectores técnico e administrativo, que são em geral dedicados à causa e muito politizados. O controlo que o partido exerce parece bom, embora lhe escapem alguns sectores mais extremistas, sobretudo [de jovens]. Quanto às populações rurais, não tenho elementos que me permitam avaliar a sua projecção».

A este propósito, no entanto, o almirante acrescenta ter visto bandeiras do partido nas povoações que visitou: visitas que, anunciadas com antecedência, davam lugar a manifestações. E

salienta que, da UDP a UPICV, movimentos concorrentes do PAIGC, «não se ou(via) falar», acrescentando: «é minha convicção que se o PAIGC a tese da ligação à Guiné-Bissau, traria para seu lado a quase totalidade da população cabo-verdiana».

Antes de emitir esta opinião o almirante Eça – numa passagem em que, no estado actual da gravação, o que diz é muito difícil de entender⁸ – faz referência a um problema ou a problema(s) político(s) nas ilhas do Fogo e da Brava. Pelo que se consegue ouvir, parece ter-se tratado de um confronto interno de tendências do PAIGC, com intervenção de reputados dirigentes do partido (entre os quais Pedro Pires, da linha moderada de Aristides Pereira) e não de contestação popular ou da concorrência de partidos rivais.

Voltando à sua missão em Cabo Verde, alude sucintamente à possibilidade de a história ter sido bastante diferente «se nós tivéssemos tido, nós portugueses, a visão política e a coragem de encarar o movimento de descolonização duas dezenas de anos antes». Mas como tal não sucedeu, restou-lhes, chegado a Cabo Verde, realizar a tarefa de que ele e o seu governo de transição vinham incumbidos, procurando fazê-lo dentro do que está estabelecido pelos órgãos competentes do Estado». A propósito, declara que não falará do que se passou antes da sua chegada ao arquipélago: «o que se passou antes eu não sei e não gosto de me pronunciar sobre coisas que não sei».

Carlos Gaspar pergunta se houve, do lado português, intenção de contrariar a união de Cabo Verde com a Guiné; quer também saber se se quis manter o arquipélago, após a independência, dependente de Portugal (em vários planos: «dependência económica, técnica, talvez até militar...») tendo questionado, nesta ordem de ideias, o processo de formação das forças armadas cabo-verdianas, muito apoiado por militares portugueses.

⁸ Persistentes dificuldades de audição afectam também as intervenções seguintes, motivando o recurso a novos resumos em discurso indirecto.

Almirante Almeida d'Eça: [...] No que diz respeito à decisão do Governo português de estabelecer um acordo com o PAIGC, não me posso pronunciar. Como tinha estado na Guiné e não acompanhei nada desse processo. *Sublinha ter condicionado a sua ida para Cabo Verde à definição clara e completa da missão que o Governo e o Estado português pretendiam que fosse realizada.* Tinham estado em Cabo Verde nos últimos tempos pessoas que eu considero (da mais elevada craveira intelectual) e que não tinham sido bem sucedidas. E não queria sujeitar-me a uma situação dessas. *Mas, não tendo acompanhado a negociação Portugal/PAIGC, não se pronuncia sobre ela. E muda de tema.*

Quanto às Forças Armadas territoriais, compreendo perfeitamente que o PAIGC tivesse querido que as suas Forças Armadas fossem [locais?]. Poderiam tê-las trazido da Guiné mas não o fizeram, inteligentemente, e fizeram, sim, [as FA's] com elementos cabo-verdianos, porque lhes davam muito mais garantias, em meu entender, do que tropas trazidas de uma guerra que nada tinha a ver com aquela [...]. Pedir (o PAIGC) ao representante português, ao Estado português ou ao Governo português que preparasse as suas forças, foi a meu ver um acto de confiança em nós que realmente muito me apraz registar. E penso que correu bem, não foi uma invenção minha. Lembro-me perfeitamente de que não quis tomar uma decisão por mim próprio. Pus a questão a Lisboa e Lisboa entendeu que nós devíamos de facto apoiar. Penso que acabei por responder às suas questões.

General Morgado: Pois sobre as questões que acabam de ser postas, eu posso dar também aqui alguma contribuição pessoal. A primeira questão que pôs foi, no fundo, se era objectivo das autoridades portuguesas contrariar a ligação entre Cabo Verde e a Guiné. Eu julgo que não foi necessário criar condições para evitar a ligação entre Cabo Verde e a Guiné. Quem conhece Cabo Verde sabia

que não havia facilidade em Cabo Verde para ligação com a Guiné. O povo de Cabo Verde tinha uma cultura própria, tinha uma tradição própria, em Cabo verde nunca houve operações militares. E, mais, houve, em Cabo Verde, cabo-verdianos que nunca se sentiram verdadeiramente colonizados por Portugal. Aliás, aqui há três semanas um artigo do escritor cabo-verdiano Germano Almeida na revista do *Expresso*, diz isso: «Nós nunca sentimos verdadeiramente o colonialismo português». Porque em Cabo Verde, praticamente todas as autoridades com as quais os cabo-verdianos contactavam eram cabo-verdianas. Era tudo cabo-verdiano na administração portuguesa. Não havia receptividade à ligação de Cabo Verde com a Guiné, e o PAIGC, quando estava na Guiné, tinha um pouco a ilusão de que depois da independência ia construir [essa unidade], formar a Assembleia Nacional de Cabo Verde, que havia de decretar a união com a Guiné. Como sabemos, não foi assim. Só quem não conhece Cabo Verde é que pode ficar surpreso com isso. Vou contar uma daquelas histórias que é uma espécie de anedota, mas que, quando aconteceu comigo, fiquei extremamente surpreendido. Eu estive em Cabo Verde, entre Setembro de 1970 e Setembro de 1972 e não houve qualquer problema durante esse período, nem subversão. Lembro-me que apareceram esporadicamente dois ou três foguetes, rapidamente apanhados, aquilo aparecia num ou dois locais, mais nada, e não havia receptividade do povo cabo-verdiano para acções violentas, particularmente porque eles dependiam do problema do apoio. Era a sobrevivência económica, era a sobrevivência das nossas forças [...] Eu estava como Chefe de Estado Maior, tinha lá uma residência e uma funcionária, uma espécie de mulher-a-dias que me ia fazer a limpeza, eu às vezes nem a via durante uns tempos [...]. E a certa altura o motorista que eu tinha, que era cabo-verdiano, lá passou à disponibilidade, de acordo com o tempo normal de prestação de serviço militar. E um dia apareceu-me outro, nem fui eu que o escolhi, um homem da companhia de caçadores. Pronto.

Curiosamente, os cabo-verdianos, no Mindelo, eram mais mestiços do que em Santiago. Em Santiago havia muito mais elementos, digamos, de raça negra. A mulher-a-dias era dessas mestiças e o primeiro motorista também. O segundo motorista era daqueles negros escuros e, como o motorista de vez em quando ia lá a casa, eu um dia tive de dizer à mulher-a-dias: «Olhe que agora o motorista é novo. Era Pedro que se chamava o primeiro, agora vem um que se chama João. Olhe que o João é muito mais preto que o Pedro». E a mulher-a-dias olha para mim e diz: «Oh, senhor coronel! Preto? Não, o João não é preto. Aqui não há pretos, o João é cabo-verdiano. Pretos, são os pretos da Guiné.» E eu na altura digo assim: «Como é possível? Como é que hão-de querer ligar a Guiné a Cabo Verde, quando uma mulher-a-dias analfabeta diz «pretos são os pretos da Guiné» assim, com um certo desprezo. Não houve, nem podia haver receptividade á ligação do povo cabo-verdiano ao povo da Guiné. Não houve simpatia, eles bem tentaram mas isso não deu resultado, não podia dar.

Quanto à segunda pergunta: nós estávamos a cumprir uma missão, o nosso Governo tinha assinado um acordo com o PAIGC. Naquela altura, o PAIGC era o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, e foi com este partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde que o nosso Governo assinou o acordo. Nós estávamos ali para cumprir exactamente o acordo e não nos passava pela cabeça influenciar. Há-de haver independência, depois da independência é com eles e eles procuraram efectivamente fazer a ligação [com a Guiné], nós não procuramos de nenhuma forma influenciar isso, não houve qualquer tentativa.

Agora, sobre as Forças Armadas de Cabo Verde. Não foi nem de longe nem de perto invenção nossa. Eu, há bocado, referi que a certa altura nós começámos a pensar: «Quando nós nos formos embora, como é que o PAIGC vai manter a segurança? Isto passa a ser um estado independente e vão precisar de umas Forças Armadas, como

qualquer estado independente.» Efectivamente, a certa altura, nas conversas em ambiente militar nós dissemos assim: «Será que eles terão tendência [a mandar vir] elementos da Guiné; e se os trouxerem e se forem guinéus isto vai causar aqui perturbação, porque a população eventualmente não os aceita. Portanto, como é que eles quererão formar umas Forças Armadas? Depois da independência hão-de querer manter a segurança e a ordem interna, vão precisar de umas Forças Armadas, mas como é que vai ser? Eles andavam a pensar nisso: «Como é que nós depois vamos conseguir controlar isto e manter a ordem interna?» E nós chegamos à conclusão de que eles não estavam a pensar mandar vir gente da Guiné. «Então vamos lá conversar e ver se chegamos a uma solução que vos interesse, uma solução que vocês queiram e na qual nós possamos ajudar». Nós só nos dispusemos a colaborar na comissão, mas não fomos nós que os inventámos. <eles já andavam a pensar naquilo, a organizar aquilo, a fazer listas de militares, a pensar que essas listas podiam ser, digamos, o embrião das Forças Armadas. Mas essas listas militares tinham, nalguns casos, alguma indisciplina, eles sentiam que aquilo podia ser complicado. Nós começamos a perguntar: «Vocês querem formar umas Forças Armadas? Vocês têm muitos campos de recrutamento. Há aí montes de cabo-verdianos já [militarmente] instruídos e se entre eles houver simpatizantes do PAIGC vocês podem [aproveitá-los]. Efectivamente, a maior parte do pessoal que tinha acabado a instrução e tinha saído em Setembro de 1974 foi recrutado como Forças Armadas. Mas não fomos nós que sugerimos e que as inventamos, nós fomos ao encontro de uma necessidade que eles sentiam e foi um alívio quando, efectivamente, chegámos a uma solução equilibrada. Depois, os instrutores. Quais eram os instrutores que eles podiam trazer? Alguns elementos que tinham andado na Guiné podiam tê-los lá. Mas instrutores da Guiné também não era [solução]. Eu disse assim: «Instrutores? Ótimo, instrutores portugueses». Porque isso tinha uma boa receptividade

nas Forças Armadas e, mais do que boa receptividade, eles iam defender as populações de Cabo Verde, o que lhes dava outra credibilidade. Portanto foi essa a solução adoptada, foi uma boa solução para eles e foi uma boa solução para nós, que conseguimos controlar, digamos assim, aquilo que eles estavam a fazer. Mas a pensar exclusivamente no interesse deles e no desejo deles. Se eles dissessem assim «Não queremos nada», óptimo, então acabava.

Mudando de assunto, o general Morgado refere-se à pergunta do Dr. Carlos Gaspar sobre à «possível intenção de manter Cabo Verde dependente de Portugal após a independência».

Almirante d'Eça: Na verdade, o problema é político e portanto sou uma pessoa pouco indicada para falar. Nisso de política não entendo absolutamente nada. Mas na verdade a sua preocupação eu compreendo-a. Se havia intenção de manter, digamos, a dependência de Cabo Verde a Portugal? Não. Posso dizer redondamente que não. Mas nós tínhamos a sensação, quando andávamos no dia a dia, com os cabo-verdianos, que aprendemos a estimar, em quem confiávamos e que tinham confiança em nós, que as dificuldades além da independência iam ser enormes. Eu posso dizer-lhe que, talvez a partir do segundo mês de governo, depois de vir de Lisboa [ajuda] de natureza financeira, que dava um certo alívio até à independência, a nossa preocupação foi realmente que após a independência, o governo de Cabo Verde tivesse condições para governar com um certo à vontade. Por essa altura (julgo que o embaixador [Fernando] Reino esteve envolvido nessas questões), foi criado o mecanismo de cooperação. [...] Cooperação não quer dizer [dependência?]. Era qualquer coisa que nós entendíamos como devendo existir entre dois países com um relacionamento de séculos para se ajudarem um ao outro. Não foi de forma alguma para comandar [...].

General Morgado *respondendo a uma pergunta do Dr. Pedro Gonçalves:* Os acontecimentos de 11 de Março de 1975 na metrópole

não tiveram muitas repercussões lá. Houve alguma efervescência de alguns elementos, digamos, mais esquerdistas [...], mas a descolonização em Cabo Verde estava a andar dentro de parâmetros que tinham sido definidos antes e que se mantinham. E mais: Cabo Verde estava a andar bem na nossa concepção [...]. Nós tínhamos excelentes relações com Lisboa, com o Dr. Almeida Santos, o Primeiro-ministro mantinha-se, o chefe de Estado-maior do Exército mantinha-se. Não houve perturbações [...].

Manuel de Lucena pede esclarecimentos sobre acontecimentos decorridos no Barlavento.

General Morgado: Nós tínhamos essa noção, que o Barlavento é que tinha que sofrer mais com essa agitação [...].

Almirante Almeida d'Eça em resposta a uma pergunta de Pedro Gonçalves que não está localizada, sobre a actuação do Governo Transitório em relação aos acontecimentos do 11 de Março: [...] o 11 de Março foi esquecido. Você lê as Actas [...] e encontra lá [...]. Não houve, de facto, uma convocação [...].

Intervenção imperceptível do coronel Vaz Barroco.

General Morgado: Já agora permita-me que responda a uma pergunta que o senhor doutor fez e que era: quando foi a retracção do dispositivo, o que é que se passou em São Antão, porque havia problemas e forças militares que podiam causar problemas. Eu tinha aqui uns apontamentos que há bocado não li, para não ser tão longo, mas houve efectivamente, no que se refere à retracção do dispositivo, umas limitações no plano que nós tínhamos inicialmente elaborado, que previa acabar com a guarnição de S. Vicente [...] relacionadas com o destino das populações em Santo Antão e no Fogo [...] Portanto, a guarnição necessária no Sal manteve-se por um período que nós considerámos [...] por problemas que lá havia. Não tenho a data em que saiu mas sei que foi demorada

Coronel Vaz Barroco: Se bem me recordo, o que houve foi uma coisa muito simples, que de uma maneira geral [...]. Havia umas

células creio que em Santo Antão, conotadas com o MRPP [...] Creio que foram movimentos ligados a essa tendência, que movimentaram [...].

Manuel de Lucena faz referência a acontecimentos em Santo Antão e em São Vicente relacionados com agitação havida e a acções do PAIGC.

O Coronel Vaz Barroco esclarece as suas afirmações sobre referências ao MRPP em Santo Antão.

Luís Salgado Matos: Gostava de mais informações sobre as comissões que foram nomeadas para substituir câmaras e juntas de freguesia. Quem eram as pessoas que constituíam essas comissões, qual o critério de escolha e, depois, que tipo de pessoas é que são? Nomeadamente, se havia pessoas que tivessem sido da Acção Nacional Popular ou que tivessem exercido funções no regime anterior.

Coronel Vaz Barroco: As chamadas comissões de representantes do governo eram equipas constituídas por dois elementos: um era oficial das Forças Armadas (penso que quase todos do MFA, para não dizer todos mesmo), e o outro era um elemento do PAIGC. Essas equipas deslocavam-se aos concelhos e dialogavam com toda a população. O que o Governo pretendia era conseguir ter conhecimento do sentir das populações para depois poder nomear os elementos que as populações mais aceitassem. Todas as comissões faziam o seu relatório, um só, cada. Houve inicialmente a tendência do oficial português fazer um relatório e o elemento do PAIGC fazer outro, mas eu não aceitei isso [...] e eles acabaram, enfim, por fazer um relatório conjunto.

Segue-se, na gravação, uma passagem difícil de ouvir, da qual, no entanto, se pode extrair: por um lado, que motivos políticos terão motivado, pelo menos em parte, as dificuldades de elaboração dos relatórios conjuntos; e, por outro lado, que a comissão de representantes nomeada para a ilha do Fogo não vingou, porque «as

peças entravam em ebulição», *tendo de ser substituída por outra, cuja nomeação foi trabalhosa.*

Luís Salgado Matos: Tem alguma ideia do que era, sociologicamente, o grupo de pessoas que nomeou?

Coronel Vaz Barroco: Eu preocupei-me, na constituição das comissões, primeiro com o aspecto de ouvirem todas as camadas sociais; e depois, na constituição das comissões administrativas, com que tivessem, no mínimo, um quadro administrativo para o processo democrático e que representassem de alguma forma, se que isso era possível, as várias camadas sociais, com um elemento mais evoluído e outro... mas isso era difícil. Mais do que isto, de facto, não posso dizer. A única coisa que posso dizer é, repetindo-me um bocado, que, às tantas, cheguei à conclusão que eles não estavam habilitados, não tinham capacidades para o desempenho cabal das suas funções, pelo menos com a celeridade que eu pretendia. E foi assim que combinámos em Conselho de Ministros e que reunimos aqueles dois grupos: um que ia ajudar na parte burocrática e na parte de administração das verbas do apoio e que exigia, digamos, determinados cuidados para não haver [...] e havia uma comissão para ajudá-los no estudo da divisão administrativa [...] Quando acabámos, havia implantadas no terreno em todos os concelhos, e havia seguramente uns 50% ou quase com o nível das freguesias a trabalhar.

General Wilton Pereira: Se me dão licença, eu queria fazer um esclarecimento às perguntas que o senhor doutor há pouco fez, suponho que interessa uma rápida intervenção minha. Pondo as coisas esquematicamente em três pontos. Quanto ao primeiro ponto, qualquer eventual dependência entre o futuro Estado de Cabo Verde e o já existente Estado da Guiné, no âmbito do Ministério do Equipamento Social, era uma questão que praticamente não se punha. Porque os problemas, as tarefas, as missões, a orgânica, os meios e os quadros de que dispunham, a breve prazo, um e outro

Estado eram totalmente independentes. Não vale a pena dar factos concretos, mas por exemplo os problemas da hidráulica num país não tinham nada a ver com os do outro e por aí adiante. Quanto ao ponto da dependência do futuro estado de Cabo Verde em relação a Portugal, eu poria a coisa não em termos de dependência mas em termos de colaboração, de cooperação entre os dois países. Estou a falar do Equipamento Social. Nisso, é evidente que o Estado de Cabo Verde tinha todo o interesse, que manifestava através dos meios que tinha, não só em que essa colaboração, esse apoio se mantivesse, mas em que fosse aumentado na medida em que Portugal o podia fornecer. Havia todas as razões, todas as vantagens [...] se efectivasse e se melhorasse, por exemplo, o aspecto de formação de quadros. Como disse há pouco, todos os directores de serviço eram engenheiros formados em Portugal. Em tudo isso Portugal e Cabo Verde tinham todo o interesse em melhorar a cooperação e todo o esforço era perfeitamente positivo. Não sei se respondi à sua pergunta.

Coronel Vaz Barroco: Penso que há aqui uma vertente de que todos nos esquecemos e que eu considero extremamente importante para explicar o milagre da sobrevivência de Cabo Verde. Em 1974/1975 havia uma percentagem enorme de cabo-verdianos que eram americanos. Tinham dupla personalidade e recebiam pensões todos os meses, pontualmente, pensões dos Estados Unidos. Se os Estados Unidos tivessem fechado a torneira, tinha havido problemas gravíssimos em Cabo Verde e a dependência [dessas remessas] era tal que, numa ilha como a Brava, não tenho o número preciso, era na ordem dos sessenta e tal por cento; e no Fogo, dos cinquenta e muitos e em Santiago mais ou menos isso.

Manuel de Lucena: Um dos maiores erros da minha carreira foi nessa altura e justamente por causa dos Estados Unidos, no caso das

prisões. Quando os homens [indicados pelo PAIGC] foram presos⁹, passados poucos dias veio a notícia de que tinha havido uma grande reunião de cabo-verdianos [a protestar] em Boston, no Hotel Carlton; e de que [, por causa disso,] se estava a precipitar para a Praia um representante do senador Kennedy. Aí, eu pensei, estupidamente, que aquilo tinha a ver com a geoestratégia americana, com Cabo Verde porta-aviões no Atlântico, etc. Mas não. Eram só as eleições no Massachusetts, onde havia montes de eleitores cabo-verdianos...

Coronel Vaz Barroco: Esse representante (de Kennedy) sabia bem qual era a percentagem de cabo-verdianos.

Almirante Almeida d'Eça: Ainda bem que [o Sr. Coronel] se preocupou com as relações pessoa a pessoa. Grande parte da sobrevivência das populações era resultante de remessas do estrangeiro. Eu passei cinco anos da minha vida nos Estados Unidos e visitei muitas vezes a região dos cabo-verdianos, que eram quase tantos, lá, como aqueles que estavam em Cabo Verde. Sei bem qual era a importância dessas remessas. Não contavam nas relações de Estado, mas em todo o caso representavam um alívio muito grande das responsabilidades que nós tínhamos [...].

Luís Salgado de Matos: Faço outra pergunta: houve alguma interferência dos rebelados¹⁰ [no processo de descolonização de Cabo Verde]?

Coronel Vaz Barroco: Os rebelados viviam em total isolamento e, tanto quanto sei, nunca o PAIGC forçou a entrada nessa área. Altos quadros do PAIGC, que eu tenha conhecimento entrou lá um ou dois, mas pediram autorizações e fizeram grandes negociações [...]

⁹ Por exigência do PAIGC (anterior ao acordo de descolonização e à chegada do Alto Comissário) foram presos pelas entidades portuguesas e enviados para o Tarrafal elementos mal vistos por aquele partido. Contra-protestou logo, em Boston, uma reunião ou «congresso» de Cabo-verdianos

¹⁰ Estes rebelados eram habitantes de uma zona montanhosa a norte da Praia onde se tinham refugiado para escapar ao trabalho forçado (e designadamente ao envio para S. Tomé) bem como às incursões costeiras de piratas, frequentes *in illo tempore*.

Carlos Gaspar: Tenha uma série de pequenas perguntas de ignorante e a primeira é: houve alguns membros do governo de transição, do lado português, ou do lado do PAIGC, que tivessem participado nas conversações anteriores, que levaram aos acordos da independência?

Almirante Almeida d'Eça: Se não se importa, responderei já a essa. Aliás, é muito fácil: não. Penso que nenhum de nós teve parte nisso... Do lado do PAIGC, não sei, para falar com franqueza. Penso que sim, talvez o Amaro da Luz. O Amaro da Luz foi um homem que, como sabe, assinou o acordo pelo PAIGC. Mas pelo lado português, a minha resposta é clara: não.

Carlos Gaspar: Na fase de preparação da democratização e dos direitos humanos não houve nenhuma referência a uma lei de partidos políticos, por razões evidentes, mas eu gostava de saber se houve alguma lei do governo de transição sobre associações cívicas, ou sobre associações de interesses, através das quais se pudesse tentar criar algum pluralismo social ou associativo que fizesse contrapeso com o PAIGC, ou que tentasse regular as tensões que havia entre o PAIGC e outras forças vivas da região. Em relação aos direitos humanos, gostava de saber se houve alguma legislação que tivesse sido produzida neste período de transição e pudesse ter eficácia depois da independência, não apenas neste domínio das liberdades de associação e de expressão, mas também noutros domínios sensíveis, como por exemplo a liberdade de religião e de culto.

Por outro lado, em relação ao recenseamento, era aí que eu me tinha lembrado da colónia cabo-verdiana nos Estados Unidos e da pequena colónia da Holanda, saber qual era a visão estratégica da parte portuguesa quando não incluiu aparentemente no recenseamento eleitoral as comunidades cabo-verdianas na Costa Leste e na Holanda. Independentemente de fortalecer a ligação a Portugal, alargar o recenseamento podia ter valorizado as condições de

autonomia de Cabo Verde perante a Guiné e a perspectiva da união. Ainda neste capítulo, fiquei sem saber porque é que foi preciso vir a Lisboa para fazer uma lei eleitoral. Eu sei que o Dr. Almeida Santos [...], mas de qualquer maneira fiquei com essa dúvida. O último capítulo diz respeito ao aeroporto. O aeroporto era crucial para Cabo Verde, quer dizer, não apenas para Cabo Verde, mas para o valor estratégico de Cabo Verde. Havia condições, do lado português, de pessoal especializado e por aí fora, para manter algum controlo sobre o aeroporto para lá da independência e designadamente para continuar a ter informações relevantes sobre o tráfego aéreo no aeroporto do Sal. A minha pergunta tem a ver com uma coisa que foi importante mais tarde, em relação a Angola, que foram as informações, que eram relativamente detalhadas, que existiam do lado português sobre a passagem das forças cubanas para Angola. [...]

Almirante Almeida d'Eça: Penso que as suas perguntas têm de ser respondidas por vários de nós. Eu apenas queria frisar um ponto e depois passarei o microfone aos senhores oficiais que quiserem responder. Um dos problemas que se pôs, no seio do governo de transição, foi o da definição clara de que o governo, o novo Estado de Cabo Verde, não permitiria nem manobras militares, nem apoio a manobras militares, quer de natureza naval, quer de natureza aérea, mantendo uma estrita neutralidade. Este aspecto, que eu acho fundamental, enquadra parte das suas perguntas, está escrito em resoluções do governo de transição.

General Morgado: Vou responder à última pergunta do Dr. Carlos Gaspar sobre deixar alguém no aeroporto do Sal para fornecer informações e controlar o que lá se passava. Não houve efectivamente qualquer acção de que tivéssemos conhecimento. Nem sei se o pessoal, ou pelo menos a maioria do pessoal, que estava no aeroporto do Sal não era mesmo cabo-verdiano. Não sei se os controladores e outros eram cabo-verdianos que tivessem lá ficado,

particularmente na parte civil. Na parte militar havia lá elementos da Força Aérea que constituíam o aeródromo de trânsito nº 1 e esses foram evacuados quando foram evacuadas as nossas forças. Completamente. Portanto, elementos militares, não ficaram lá. Nada. Elementos civis, não faço ideia, mas julgo que a maioria dos funcionários era de Cabo Verde. Portanto, intenção, não houve.

Coronel Vaz Barroco: No que se refere às eleições da Assembleia representativa do povo de Cabo Verde, o estatuto orgânico do Estado de Cabo Verde, lei 13/74, de 17 de Dezembro, da República portuguesa, dizia o seguinte: «Competirá ao governo de transição executar nas condições que vierem a ser definidas pelos órgãos de soberania da República», quer dizer, tinha que haver uma lei da República portuguesa que iria dizer quais seriam as operações conducentes às eleições que nunca mais vinha e que eu me fartei, durante meses, de fazer pressão. Pressão essa que só acabou quando o senhor almirante veio a Lisboa e, enfim, falando mal e depressa, pôs a espada ao peito e disse: «Já não há tempo para fazer umas eleições com a abertura conveniente». Este é um ponto que penso que tinha ficado menos claro. Quanto ao não aproveitamento da capacidade eleitoral de alguns emigrantes, de todos os emigrantes residentes no estrangeiro, isso é um condicionamento de uma lei da República Portuguesa. Está no decreto-lei 203A/75, de 15 de Abril, do Ministério da Coordenação Interterritorial. Eu penso que isto foi uma negociação entre a República Portuguesa e o PAIGC, feita em Lisboa. De maneira que nós limitámo-nos a conversar, sem termos, nesta área, parte activa. Pelo menos eu não tive.

Almirante Almeida d'Eça: Eu também não.

Manuel de Lucena: Havia uma pergunta sobre direitos fundamentais.

Almirante Almeida d'Eça: Nós, quanto me recordo (e corrigir-me-ão) não produzimos lei nenhuma [dessas] mas procurámos respeitar aquilo que era o consenso geral sobre direitos humanos. Pedia o

favor de terem em mente que estivemos lá seis meses e eu trabalhei cerca de dezasseis horas por dia – e [algo semelhante] os senhores ministros aqui presentes – pois queríamos resolver problemas prementes, quer para a sobrevivência quer para o futuro de Cabo Verde. Relativamente à questão do Tarrafal, uma questão crucial, a minha preocupação foi mandar vir de Lisboa um assessor jurídico que me aconselhasse sobre a maneira de proceder [?]. Se me disserem que eu gostei de ser essas pessoas no Tarrafal mais do que um período necessário e razoável para fazer [averiguações] sob o conselho de alguém juridicamente preparado [...]. Era uma coisa muito difícil e delicada [...]. Imagine que eles [se revoltavam?] E imagine a morte de um desses homens. Sobre todas estas questões eu tive de decidir e respondo por isso: foi um mal menor. Não sei se a sua pergunta tem por detrás o conhecimento de uma mensagem que o Dr. Almeida Santos me enviou, exactamente porque alguns desses homens do Tarrafal entraram em greve de fome. Simulada, posso garantir, mas na altura não sabia que era simulada. Respondi imediatamente ao Dr. Almeida Santos, dizendo: «Eu tomo inteira responsabilidade por aquilo que estou a fazer». E mandei-lhe, depois, um extensíssimo relatório, que tenho comigo, a explicar o que tínhamos feito e porque é que o tínhamos feito, quais as razões, porque acima de tudo pensávamos que tínhamos de ter em mente o problema no seu conjunto e que o processo de descolonização tinha de pesar no momento das decisões. Não foi a decisão que eu mais gostaria de tomar. Foi aquela que, no meu juízo, constituía o mal menor e pela qual assumi inteira responsabilidade. E quando saí de Cabo Verde não ficou um único preso político no Tarrafal. Não julgue que foi fácil. E talvez estes homens¹¹ possam testemunhar o que eu vou aqui dizer e peço que não seja sequer publicado. Confio em si¹².

¹¹ «Estes homens» eram os membros do seu governo participantes no painel.

¹² Das palavras seguintes do senhor Almirante não há gravação.

Manuel de Lucena pergunta acerca de uma ameaça, atrás referida, que terá peso sobre a ilha do Sal.

General Morgado: Efectivamente, eu há bocado referi que em 17 de Abril de 1975 chegou ao governo de transição uma mensagem dizendo que havia notícias de possíveis ameaças de desembarque de elementos exteriores a Cabo Verde para fazerem uma acção sobre o Sal. Nos, no gabinete do Governo Militar, enquanto ainda estava a decorrer uma reunião, foram-nos lá entregar a mensagem e começámos a discutir o assunto. E achámos extremamente improvável, como é que eles vêm de fora?

Manuel de Lucena: Mas quem eram eles?

General Morgado: A mensagem não os referia, só dizia «elementos». Mas como é que é possível vir fazer uma acção qualquer? Como é que vêm? Vêm de avião, vêm de barco, vêm de submarino? E chegámos à conclusão de que era uma notícia sem grandes probabilidades de ser verdadeira. Mas o Senhor Almirante, naquela altura, resolveu convocar o Conselho de Defesa e Segurança, onde o problema foi posto e decidiu-se, então, tomar as medidas cautelares que eram aconselháveis e que eu, há bocado, referi.

Manuel de Lucena: Eu não sei se há mais perguntas. Se não há, eu agradeço muito a todos os presentes.

Almirante Almeida d'Eça: Eu agradeço muito a oportunidade que nos foi dada de estar aqui a discutir estes problemas.